

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
ÁREA DO CONHECIMENTO DAS HUMANIDADES  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**EDUARDO GRIFANTE**

**O JORNAL PIONEIRO E O MST: UMA ANÁLISE DAS NOTÍCIAS DO  
MOVIMENTO NOS JORNAIS DE 1992 A 2002**

**CAXIAS DO SUL**

**2019**

**EDUARDO GRIFANTE**

**O JORNAL PIONEIRO E O MST: UMA ANÁLISE DAS NOTÍCIAS DO  
MOVIMENTO NOS JORNAIS DE 1992 A 2002**

Monografia apresentada como parte das exigências para obtenção de graduação em Licenciatura em História pela Universidade de Caxias do Sul, na Área de Conhecimento das Humanidades.

Orientadora: Professora M.<sup>a</sup> Eliane Machado Corrêa Cardoso

**CAXIAS DO SUL**

**2019**

**EDUARDO GRIFANTE**

**O JORNAL PIONEIRO E O MST: UMA ANÁLISE DAS NOTÍCIAS DO  
MOVIMENTO NOS JORNAIS DE 1992 A 2002**

Monografia apresentada como parte das exigências para obtenção de graduação em Licenciatura em História pela Universidade de Caxias do Sul, na Área de Conhecimento das Humanidades.

Aprovada em            de dezembro de 2019

Banca Examinadora

---

Professora M.<sup>a</sup> Eliane Machado Corrêa Cardoso  
Universidade de Caxias do Sul - UCS

---

Professora Dr. Eliana Gasparini Xerri  
Universidade de Caxias do Sul - UCS

## RESUMO

Este trabalho tem por intuito analisar criticamente as publicações do jornal *Pioneiro* de Caxias do Sul envolvendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) entre os anos de 1992 a 2002. O recorte temporal estabelecido visa a análise no momento de maior crescimento do movimento em âmbito nacional, é nesse momento que há um processo de intensificação de políticas econômicas favoráveis ao agronegócio, setores que disputam espaço com os movimentos sociais no campo. Nossa esfera de análise se dá por meio da imprensa, nesse sentido utilizamos como fonte de pesquisa o próprio jornal *Pioneiro*, disponível tanto em meios físicos quanto digitais, através do Instituto Memória Histórica e Cultural e acervo digital da câmara de vereadores de Caxias do Sul, bem como o acervo da Biblioteca Nacional Digital.

**Palavras-chave:** MST. Movimentos sociais. Jornal *Pioneiro*. Reforma Agrária. Análise do discurso.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS .....</b>	<b>5</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>1 O PIONEIRO E A IMPRENSA NO BRASIL.....</b>	<b>9</b>
1.1 O CRESCIMENTO DO JORNAL <i>PIONEIRO</i> : DO CONTEXTO LOCAL PARA A GRANDE IMPRENSA.....	9
1.2 O IMPRESSO E A HISTÓRIA COMO MÉTODO.....	13
1.3 O JORNALISMO E A ANÁLISE HISTÓRICO-LINGUÍSTICA .....	16
<b>2 O CONTEXTO NACIONAL: O MST E A REFORMA AGRÁRIA.....</b>	<b>22</b>
2.1 A ORIGEM DO MST.....	22
<b>2.1.1 As Igrejas e os movimentos sociais no campo.....</b>	<b>29</b>
2.2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.....	33
<b>3 O MST NO <i>PIONEIRO</i>.....</b>	<b>37</b>
3.1 VIOLÊNCIA NO CAMPO, NA CIDADE E NOS JORNAIS.....	38
3.2 OCUPAÇÕES/INVASÕES? COMO O PIONEIRO VÊ E REPERCUTE O MODO COM QUE O MST AGE E SE ORGANIZA.....	41
3.3 POLÍTICA E ECONOMIA NO MOVIMENTO E NO JORNAL.....	45
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>51</b>

## LISTA DE SIGLAS

AI-5- Ato Institucional Cinco

AIB- ALIANÇA INTEGRALISTA BRASILEIRA

CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPT- Comissão Pastoral da Terra

FHC- Fernando Henrique Cardoso

FMI - Fundo Monetário Internacional

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MF- Módulo Fiscal

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

PRP- Partido Republicano Progressista

PT- Partido dos trabalhadores

PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira

RBS- Rede Brasil Sul de Telecomunicações

## INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos 90 do século XX no Brasil, aconteceu o despertar e o crescimento de diversos movimentos sociais no país. Fruto de demandas historicamente permanentes no contexto nacional, esses movimentos, em sua maioria formado por pessoas historicamente desprivilegiadas no contexto econômico e social do Brasil, viram na redemocratização do país, fim da ditadura militar e na possibilidade da participação direta em eleições presidenciais, uma oportunidade de mudar esses quadros de desigualdade sedimentados no país durante décadas e séculos.

Nesse contexto irá surgir o nosso objeto de pesquisa deste trabalho, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O movimento rapidamente cresce, ganha notoriedade e espaço, ao ponto de se tornar um dos, senão o maior movimento social do país. Embora o movimento levante discussões sobre educação, agrotóxicos, alimentos transgênicos, a pauta principal dos Sem-Terra é a reforma agrária, o movimento crê que a má distribuição de terras no Brasil seja talvez o maior indicador da desigualdade social latente no país. Segundo (Veiga, 1981, p.7) a definição de reforma agrária trata-se de: “A modificação da estrutura agrária de um país ou região, com vista a uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola é a definição mais usual de reforma agrária.” Veiga concorda com o MST nos questionamentos à má distribuição de terras e acredita que é possível apontar alguns atores para a não solução do problema de terras que o país enfrenta: “Até hoje, todas as tentativas feitas no Brasil para se optar por uma saída democrática para a questão agrária acabaram sendo frustradas por uma reação violenta das classes dominantes.” (VEIGA, 1981, p.18).

O processo de redemocratização do país e a constituição de 1988 possibilitaram um maior campo de ação para os movimentos sociais reivindicarem suas pautas que historicamente haviam estacionado por consequências do jogo político brasileiro ser controlado por setores economicamente dominantes da sociedade. A luta do MST e demais movimentos sociais vê maior espaço com a constituição de 88, no entanto, há outras conjunturas, sejam sociais, econômicas ou culturais que podem atrapalhar ou beneficiar a conquista dos movimentos sociais.

A nova constituição de 1988 muda o estatuto da propriedade fundiária, legitimando-a por sua função social. Mas, de fato, tudo dependerá do cenário político que se dará no país, o qual não será regido apenas pela nova ordem constitucional. De maneira muito significativa, esta é submetida ao processo do ajustamento constrangido à ordem econômica globalizada. (CARTER et al., 2010 p. 87)

Nosso intuito é promover uma reflexão histórica a partir da perspectiva que o jornal *Pioneiro* faz sobre o movimento em suas páginas. A pertinência deste trabalho se apresenta em dois momentos: 1) O primeiro deles diz respeito às questões de lutas e demandas dos movimentos sociais no Brasil, no caso deste projeto falamos sobre os movimentos de reivindicação de terras e trabalho na zona rural, sua luta pela reforma agrária, e justa distribuição de terras. 2) Nosso trabalho propõe uma articulação envolvendo o MST e a história por meio da imprensa. Uma vez que a questão dos movimentos sociais por trabalho e terra já foram estudadas diversas vezes na historiografia Brasileira, tratar do MST por meio do jornal impresso *Pioneiro* é novo para a pesquisa acadêmica, sobretudo na tentativa de analisar a veiculação de notícias relativas ao movimento na imprensa local.

Nosso recorte histórico temporal, tanto no período destacado de pesquisa no jornal, 1992 a 2002, quanto do nosso objeto de estudo, o MST, é a História do Tempo Presente. Hobsbawm (1998) define a história do tempo presente como “a história do nosso próprio tempo”. Ou seja, ela age sobre nós mais intensamente do que a história antiga ou a medieval. Os fatos são historicamente recentes, e muitas vezes são vivenciados pelos próprios historiadores do seu tempo. Embora haja certa resistência para com a História do Tempo Presente, devido ao fato da tradicional problemática da neutralidade, muito propagada pelos positivistas e ainda impactante na historiografia, ela é possivelmente pesquisável, desde que feita com rigor e com método.

Nesse sentido a História do Tempo Presente não inventou nada de novo, não eximindo o rigor metodológico com que se deve trabalhar o historiador. Apesar de uma certa “pirotecnia” quanto às novas fontes, o fundamental ainda é a reflexão sobre elas. Logo, continuam sendo primordiais as análises interna e externa do documento, do depoimento, assim como a obrigatoriedade do historiador de cruzar as diversas fontes de que dispõe (nas perspectivas da complementação, da comparação e da verificação). (PADRÓS, 2004, p.207).

No que diz respeito à distribuição dos capítulos, optamos por trabalhar com três capítulos, de maneira em que cada um deles estabelece um parâmetro de análise bem diferente do outro:



No primeiro capítulo: O *PIONEIRO* E A IMPRENSA NO BRASIL, fazemos uma análise histórica tanto do jornal *Pioneiro* quanto da formação da imprensa brasileira. São estabelecidas relações entre o modo que o jornal caxiense, tardiamente, acompanha o curso da imprensa brasileira desenvolvida nos grandes centros urbanos brasileiros. Hoje em dia, o *Pioneiro*, está inserido totalmente na lógica dessa imprensa brasileira, tanto temporal, quanto estruturalmente. Ainda no mesmo capítulo, partimos para uma ampla reflexão teórico-metodológica dos aportes utilizados para a realização de nosso trabalho. Nesse momento, buscamos esclarecer conceitualmente muitas das ferramentas historiográficas e linguísticas que fizemos uso para análise e tratamento das fontes de pesquisa.

O segundo capítulo: O CONTEXTO NACIONAL: O MST E A REFORMA AGRÁRIA, tem por objetivo traçar um apanhado histórico do MST e da necessidade da reforma agrária no Brasil. Nele trabalhamos a perspectiva da reforma agrária, a formação e crescimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como se deu o processo de expansão e territorialização do sul para o Brasil inteiro, além da análise de alguns fatores que possibilitaram o MST ser o que é hoje.

Por fim, o terceiro capítulo: O MST NO *PIONEIRO*, trata especificamente da pesquisa no jornal. Enquanto os capítulos anteriores dão conta de aspectos mais teóricos que dão suporte para a análise, o capítulo 3 trata da análise em si. Nesse momento é que tentamos articular o contexto nacional, local e o que o jornal nos mostra à respeito do MST. Este é o capítulo em que, efetivamente, fazemos a crítica com a fonte de pesquisa, buscando articulá-la com a bagagem bibliográfica adquirida nos capítulos 1 e 2.

## 1. O *PIONEIRO* E A IMPRENSA NO BRASIL

Para entendermos mais sobre o jornal *Pioneiro*, faz-se necessário uma busca histórica das origens e na concepção do periódico caxiense. Indo além, percebemos uma necessidade de contextualização da própria imprensa brasileira, uma vez que o entendimento de imprensa é historicamente construído.

### 1.1 O CRESCIMENTO DO JORNAL *PIONEIRO*: DO CONTEXTO LOCAL PARA A GRANDE IMPRENSA.

O entendimento que temos hoje da chamada “grande imprensa” ou “mídia<sup>1</sup> de massa”, foi sendo constituído ao longo dos anos da história brasileira. Na verdade, é a partir da primeira metade do século XX, com a entrada maciça do grande capital e a inserção da racionalização da lógica capitalista, que a imprensa passa a adotar métodos que a configuram como grande imprensa.

A expressão grande imprensa apesar de consagrada, é bastante vaga e imprecisa, além de adquirir sentidos e significados peculiares em função do momento histórico que é empregada. De forma genérica designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico organizacional e financeiro. (DE LUCA; MARTINS, p.149. 2008)

Portanto, para fins de esclarecimento, deixamos claro que para o entendimento deste trabalho, compreendemos o jornal *Pioneiro* como veículo da grande imprensa. Embora não tenha a repercussão nacional de jornais como *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Estado de Minas*, *Zero Hora*, entre outros, entendemos que o *Pioneiro* se encaixa nesta categoria por ter ampla circulação em sua cidade, Caxias do sul, e na região da serra gaúcha.

Caxias do Sul é atualmente a segunda maior cidade do Rio Grande do Sul com cerca de 415 mil habitantes segundo censo de 2010 do IBGE. Já a região da serra gaúcha se aproxima dos 1,5 milhões de habitantes. Além disso, desde 1995, o jornal *Pioneiro* faz parte

---

<sup>1</sup> De uma forma geral podemos definir a mídia como conjunto de instituições, negócios ou organizações que produz e transmite informações para determinados públicos - de audiência, leitores, grupos especializados. A mídia inclui jornais, rádio, estações de televisão (canais regulares e cabo), magazines, boletins, mídia computadorizada “on line”, mídia interativa via computador filmes e vídeos, e assim por diante. (GOHN, 2000, p.19)

do grupo Rede Brasil Sul (RBS), ao qual vincula-se o principal jornal do estado em sentido de vendas e repercussão, a Zero Hora. Em termos de tiragem, segundo o site Meio e Mensagem: Portfólio de mídia, que busca levantar dados e informações sobre jornais e revistas de todo o Brasil, o jornal *Pioneiro* atinge uma tiragem de 26 mil cópias por dia. Já o jornal Zero Hora, irmão do *Pioneiro*, segundo levantamento do mesmo site, chega a 204 mil unidades, compreendendo mídia física e digital. A título de comparação, o segundo jornal mais vendido do estado, o *Correio do Povo*, tem uma tiragem de 160 mil unidades.

Criado em 1948, o jornal *O Pioneiro*<sup>2</sup> acompanhou uma lógica temporal semelhante à consolidação e crescimento da imprensa no Brasil. Pode se dizer que o periódico caxiense, que nascera pequeno, com vinculações partidárias, ideologias próprias e nítidas em seus noticiamentos, adotou uma postura mais comum à medida que o jornal ia crescendo e adquirindo mercado no âmbito regional. Em suma, é possível pensar um paralelo em que *O Pioneiro*, embora tardiamente em relação à grande imprensa nacional, traça uma mesma trajetória no sentido de buscar abandonar suas raízes políticas e ideológicas, a fim de adotar o padrão da grande mídia nacional e internacional que busca transparecer imparcialidade. Debateremos mais a fundo a questão da imparcialidade nos próximos capítulos, por hora, procuraremos ver um pouco do processo histórico da imprensa no Brasil e do Jornal *Pioneiro*, e como hoje estes estão inseridos no contexto atual.

Como foi abordado acima, *O Pioneiro* nasce em 1948 e possui uma evidente ligação à um tipo de ideologia política e a um próprio partido político. Isso nos mostra um pouco sobre o contexto local na década de 40 e de 50 na cidade e a briga por espaço político e influência no contexto local.

O *Pioneiro*, na verdade, foi um jornal organizado com objetivos políticos e dentro de uma organização partidária do Partido de Representação Popular, mas por conveniência comercial e até por conveniência jornalística e para evitar que ele fosse apenas um jornal representativo de uma determinada facção política, procurou-se dar a ele uma feição de independência. Embora todos os seus integrantes, os sócios que participavam da iniciativa, os que emprestavam o dinheiro, a participação material, para a instalação do jornal

---

<sup>2</sup> Em determinados momentos deste trabalho utilizaremos a grafia *O Pioneiro* ao invés de *Pioneiro*. Nos primeiros anos do jornal, o impresso adotava o artigo *O* antes do substantivo. Posteriormente, foi decidido nomeá-lo apenas por *Pioneiro*.

fossem todos ligados ao Partido de Representação Popular<sup>3</sup>. (GARDELIN, 1988 apud GIRON; POZENATO, 2004,p.114)<sup>4</sup>

O partido em questão, PRP, era ligado à Ação Integralista Brasileira (AIB) e à figura de Plínio Salgado. Na verdade, o jornal *O Pioneiro* era formado inicialmente por membros da antiga AIB. Embora já não tão influente como na década de 30, o movimento integralista ainda se valia de certa popularidade na região e influenciou alguns políticos da localidade. O pensamento integralista tinha um forte elo com o pensamento de regimes totalitários da primeira metade do século XX.

Segundo (SEPULVEDA, 2013), o projeto integralista se baseia em ideias e conceitos de caráter moral, como a ingenuidade e a pureza. Qualquer movimento que se proponha a alterar essa realidade é considerado por ele como inimigo da nação.

É cabível realizar um paralelo deste momento de gênese do jornal *O Pioneiro* com um determinado período da imprensa brasileira nos grandes centros - região sudeste do país - no início do século XX. Por volta do início do período republicano no Brasil até as primeiras décadas do século XX, a imprensa brasileira tinha um caráter político bastante explícito em suas publicações. É o caso dos abolicionistas na metade final do XIX, como também dos embates entre o projeto dos republicanos e os pró-império. Com a intensificação da vinda de imigrantes para o país, outras correntes ideológicas ganharam força no cenário impresso, caso dos anarquistas.

Uma radiografia rápida da imprensa brasileira desde suas primeiras publicações evidencia as raízes políticas da sua atividade jornalística; constituíram-se sempre a partir de grupos de interesse que viam na imprensa um meio de propagação de suas ideias e aspirações. Juntamente com as publicações oficiais, nasciam as folhas de oposição nas pequenas cidades, na capital da província ou na própria Corte. Do núcleo original de oposição saíam outros grupos, multiplicando-se as tendências e aumentando o número de impressos lançados fundamentalmente como instrumento de luta política. (LUCA; MARTINS, p.104, 2008).

Podemos dizer que o ambiente político na cidade de Caxias, onde nasceu o *O Pioneiro*, é um reflexo tardio dessa imprensa politizada nas duas primeiras décadas do século

---

<sup>3</sup> O Partido de Representação Popular foi criado em 1945 e possuía vínculos com movimentos da Ação Integralista Brasileira.

<sup>4</sup> GARDELIN, Mário. In: HENRICHES, Liliana Alberti (org.) Histórias da Imprensa em Caxias do Sul. Museu Municipal/Arquivo Histórico de Caxias do Sul/Pioneiro, 1988.p.54-55.

vinte nas grandes cidades brasileiras e que estava fazendo efeito em Caxias do Sul anos depois, em um ambiente político acirrado. Nesse momento da história do jornal, podemos perceber que *O Pioneiro* se encaixa em uma categoria ainda não vinculada ao que chamamos de Grande Imprensa. Pelo contrário, isso acontecerá posteriormente, quando será percebido a necessidade do jornal mudar sua linha editorial. Isso ocorrerá em dois momentos: um de início na década de 80, e posteriormente um segundo momento quando é vendido à Rede Brasil Sul de entretenimento (RBS) já na década de 90. Segundo (GIRON; POZENATO, 2004), Bernardino Conte, então presidente do jornal, viu a necessidade do jornal deixar de ser partidário no momento em que surge um projeto para o jornal tornar-se diário, em 1981. É nesse instante que o nome do jornal abandona o *O* de *O Pioneiro*, e passa a ser apenas *Pioneiro*. Antes de 81 a circulação do jornal era feita de forma semanal, posteriormente bissemanal, até tornar-se diário.

Depois de adquirida pela Rede Brasil Sul em 1993, no segundo semestre de 2002 a Empresa Jornalística Pioneiro S/A é incorporada pela Zero Hora Editora Jornalística S/A. É possível afirmar que estes três processos - da frequência diária, venda à RBS e incorporação à Zero Hora - acabam por engrandecer a equipe que trabalha na edição, circulação do jornal além de aumentar o capital de investimentos na marca e demandar uma mudança técnica na empresa, vão tornar o *Pioneiro* um jornal inserido na lógica da grande imprensa. Um jornal de grande circulação regional, vinculado à uma marca de circulação nacional e totalmente inserido na lógica do capital, que irá exercer influência tanto na infraestrutura do jornal quando da edição, diagramação e posição jornalística que o *Pioneiro* tenta passar aos seus leitores.

Caxias do sul é a segunda maior cidade do Rio Grande do Sul em população, segundo estimativas do IBGE, em 2019 a população caxiense gira em torno de 510 mil habitantes, perdendo em números apenas para a capital Porto Alegre. Possui uma taxa de escolarização entre 6 e 14 anos de 96,3% (IBGE). Além disso, a cidade e a região da serra, ao qual Caxias está inserida, possui bons indicadores econômicos em relações a maioria das demais regiões do estado e do país. Tais indicadores evidenciam o fato de que cidade e região estão crescendo em números populacionais e apresentam certo equilíbrio econômico. Isso revela a necessidade de fortalecimento e presença de mais setores da sociedade sejam eles econômicos, culturais... Demonstram também a possibilidade da imprensa, mais precisamente a grande imprensa, estabelecer-se com mais intensidade na região, fato que

ocorreu na década de 90 como citado anteriormente. O que queremos salientar é que, o crescimento da cidade e da região, demandou uma maior profissionalização de diversos setores, dentre eles a imprensa. Essa maior profissionalização da imprensa implica em uma racionalização dos recursos, dos meios e das técnicas, afinal em um contexto de um mundo amplamente globalizado e capitalizado, as relações entre capital, imprensa e público demandam mais cuidado e técnica, além é claro da perspectiva da economia de recursos, tiragens em escala e lucros.

## 1.2 O IMPRESSO E A HISTÓRIA COMO MÉTODO

A partir do recorte temporal estabelecido para a elaboração deste trabalho - 1992 a 2002- , o objeto de estudo em questão, O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nossa fonte de pesquisa - o jornal *Pioneiro* - faz-se necessário dialogar um pouco sobre aspectos teóricos que iremos utilizar como norteadores para a confecção desta produção. Começaremos, portanto, relacionando nossa fonte de pesquisa, o jornal, com a teoria que envolve a pesquisa e a história quando estamos trabalhando com impressos. Logo, para trazer mais credibilidade e rigor científico quando estamos trabalhando com o jornal como fonte exclusiva de pesquisa, necessitamos buscar na historiografia, mais precisamente no campo da teoria da história, um aporte teórico que nos ajude a perceber a importância e a delicadeza que o pesquisador deve ter quando está trabalhando com a imprensa. A linha teórica que estaremos seguindo para o desenvolvimento de nossa análise, trata-se da História por meio da Imprensa.

A História por Meio da Imprensa é uma linha teórica no campo da história cada vez mais popular. Isso se deve ao rompimento com uma perspectiva ligada à chamada história mais tradicional, fundamentada muito no apego ao documento oficial. O campo da história, assim como qualquer outra ciência, passa por renovação, crítica interna e externa, novos paradigmas e novos conceitos. O debate à respeito de fontes e do campo da História será realizado nos próximos parágrafos, antes disso é necessário conceituar o que entendemos como História por meio da Imprensa para seguirmos com a discussão adiante. (DE LUCA, 2008, p.118), nos alerta que a visão da historiografia brasileira e mundial mudou. No caso brasileiro, só a partir da década de 1970 que surgem mais produções relacionando história e jornais. No entanto, a autora chama a atenção para um outro fator, que é a utilização dos

periódicos não apenas como fonte de pesquisa para um estudo, mas ressalta a imprensa como uma possibilidade dela mesma, por si só, ser objeto de estudo. É nesse momento que De Luca fala em História por meio da Imprensa e não mais História da Imprensa.

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que tomam como mero “veículo de informações” transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, a nível isolado da realidade político-social da qual se insere. (Ibid, p.118).

A pesquisa nesse tipo de fonte só é possível de ser realizada por conta da superação dos antigos paradigmas da história tradicional, também conhecida por factual. Isso ocorreu sobretudo com a expansão das fontes. Tal expansão é justificada, sobretudo com a revolução no pensamento da historiografia com o advento da Escola dos Annales<sup>5</sup> na segunda década do século XX, com trabalhos de Mark Bloch e Lucien Febvre e a popularização da revista dos Annales na Europa e no mundo. Nesse momento muda-se o modo com que os historiadores olham para a sua profissão, o modo de pensar e de fazer sua ciência é completamente impactado e ressignificado, mesmo os pesquisadores que não seguem tal linha de pesquisa, foram influenciados - direta ou indiretamente - pelos Annales. No entanto, como nos aponta (DE LUCA, 2008), não é a partir da primeira geração dos Annales que a imprensa ganha protagonismo como fonte histórica, mas sim com a terceira geração<sup>6</sup> dos Annales.

O que queremos trazer desta discussão para nosso trabalho é que, embora damos enfoque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como nosso objeto de estudo, o próprio jornal *Pioneiro* acaba tendo uma importância neste trabalho que vai além de uma simples fonte de pesquisa, ou uma fonte única. O jornal *Pioneiro* - por situar-se em uma localidade, em um momento histórico, influenciado por contexto econômico, social, político e ideológico - acaba sendo mais do que um local de mera coleta de fontes, mas uma espécie de segundo objeto de pesquisa para este trabalho, uma vez que entendemos que o jornal é

---

<sup>5</sup> A Escola dos Annales é um movimento historiográfico do início do século XX, com nome baseado no nome da revista dos Annales publicada à época na França. Os Annales promoveram uma reorientação nos paradigmas teóricos e metodológicos no campo da teoria da História e na própria historiografia. Os intelectuais do movimento advogaram pela expansão das fontes históricas, antes restritas aos documentos oficiais, além da interdisciplinaridade entre as ciências humanas para a melhor elaboração e fundamentação dos trabalhos na área das ciências sociais e da História.

<sup>6</sup> É comum, devido a discordâncias e caminhos teóricos diferentes, haver diferenciações dentro da própria linha de pensamento na Escola dos Annales. Há 4 gerações dentro nos annales, sendo que a terceira geração teve uma diferenciação conceitual muito grande, a ponto de Fernand Braudel, ícone da segunda geração dizer que ali havia um rompimento muito maior do que eventuais discordâncias teórico-metodológicas.

influenciado e influenciador na região e na opinião pública, e possui sua própria visão à respeito do MST.

As bases teóricas e metodológicas para a realização e pesquisa com o impresso jornalístico como fonte de pesquisa para uma produção historiográfica, é, em termos históricos, recente, ao menos quando falamos sobre Brasil. Como ressaltamos anteriormente, a partir da década de 70 que as pesquisas em fontes impressas se intensificam. Isso aconteceu tardiamente, não por uma escassez de materiais para a pesquisa, ou uma falta de material relevante para a produção, mas por uma questão de quebra de paradigmas teóricos. Durante muitos anos a pesquisa em impressos foi vista de forma negativa pela academia, pelo fato da imprensa ser historicamente politizada e “não isenta”. Aos olhos da historiografia tradicional, isso seria um problema - por prezar em demasia pelo documento oficial e pela imprensa como fonte de pesquisa estar “manchada” pelo viés ideológico - por outro lado, em muitos momentos, alguns historiadores faziam completamente o oposto, trazendo o que está contido no jornal como verdade quase que absoluta.

Até a primeira metade deste século [século XX], os historiadores brasileiros assumiam duas posturas distintas em relação ao documento-jornal: o desprezo por considerá-lo fonte suspeita ou o enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade. Neste último caso, a notícia era concebida como relato fidedigno da verdade. (CAPELATO, p.21, 1980).

Assim como qualquer outro sujeito inserido no contexto histórico, portanto, considerado como agente histórico, e também influenciado pelo ambiente onde se encontra, o jornal *Pioneiro*, assim como o MST, produz história. Produz a sua própria história. Ao noticiar os eventos do MST ao longo da década de 90 e início dos anos 2000, o *Pioneiro* não apenas repercute a história do MST, suas demandas, bandeiras, etc, mas ajuda a construir a própria história do movimento e a sua. Ajuda seus leitores e a sociedade a entenderem, através do filtro do jornal, o MST.

A visão que um historiador tem da imprensa ou do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, pode, e certamente é diferente de um outro historiador, ou de um leitor do jornal que trabalha em uma empresa qualquer da cidade. Mas tanto o historiador, quanto o sociólogo, o empresário ou um funcionário, tem a sua visão sobre o MST ou qualquer outra notícia influenciada sob a ótica do prisma do local onde ele está buscando a informação.



Embora estejamos partindo do ponto que o *Pioneiro* possui sua própria vertente de pensamento, em momento algum isso inviabiliza o periódico como fonte de pesquisa para a produção. Pelo contrário, sua vertente de pensamento pode ser interpretada por si só como uma evidência de um modo de pensar característico de seu próprio tempo e contexto. Contudo, isso torna o trabalho de quem está realizando a pesquisa no periódico um pouco mais delicado. O pesquisador de notícias em impressos não deve julgar sua fonte como transmissora de uma verdade absoluta. Por outro lado, não pode simplesmente negar a relevância e o conteúdo da notícia pelo fato do jornal possuir um determinado viés.

No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. [...] porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos. (LE GOFF, p. 548, 1994).

É importante chamar a atenção para a necessidade de rigor do historiador para com suas fontes de pesquisa, em especial para com os impressos. Segundo (LAPUENTE, 2015), “...os jornais devem ser utilizados criticamente pelo historiador, para não correr o risco de se deixar levar pelo discurso da fonte e, conseqüentemente, realizar uma análise precipitada, acrítica e superficial.”.

O pesquisador deve - através da crítica à fonte observada, cruzamentos com outras fontes, e com a própria bibliografia da temática - questionar sua fonte, dialogar com ela, entender os motivos de uma determinada manchete ou destaque para um determinado evento, ou mesmo a não repercussão de algum acontecimento.

O pesquisador deve ter ciência de que um periódico, independente de seu perfil, está envolvido em um jogo de interesses, ora convergentes, ora conflitantes. O que está escrito nele nem sempre é um relato fidedigno, por ter por trás de sua reportagem, muitas vezes, a defesa de um posicionamento político, de um poder econômico, de uma causa social, de um alcance a um público alvo etc., advindos das pressões de governantes, grupos financeiros, anunciantes, leitores, grupos políticos e sociais, muitas vezes de modo dissimulado, disfarçado (por isso também o cuidado com análises que focam exclusivamente nos editoriais para conhecer o posicionamento do periódico). (Ibid, 2015).

### 1.3 O JORNALISMO E A ANÁLISE HISTÓRICO-LINGUÍSTICA

Para realizar o diálogo com a fonte histórica da pesquisa, é preciso ter o entendimento que a fonte que está sendo observada é cheia de intenções que retratam um determinado momento histórico que a cidade ou o país está vivenciando. A fonte também pode ter suas próprias intencionalidades, sejam elas políticas, econômicas ou ideológicas<sup>7</sup>. Como ressaltado anteriormente, em momento algum isso torna-se um impeditivo à pesquisa, na verdade, é um aspecto que a torna ainda mais interessante. Ajuda o pesquisador a entender mais sobre o contexto, o objeto e a fonte ao qual está observando. No entanto, para reforçar o conteúdo crítico e fomentar uma análise mais fundamentada nas fontes do jornal, fazemos uso da Análise do Discurso como um recurso no campo discursivo para melhor interpretação das fontes estudadas.

Segundo (ROCHA, 2005, p.308) , a Análise do Discurso surgiu tanto de uma aproximação quanto um distanciamento teórico metodológico da Análise de Conteúdo<sup>8</sup>. Entendemos que o jornal impresso possui um conteúdo completo de subjetividades, ocultações e ressaltos em determinados pontos. Isso dificulta a metodologia da Análise de Conteúdo perceber essas nuances.

Análise do Discurso propõe o entendimento de um plano discursivo que articula linguagem e sociedade, entremeadas pelo contexto ideológico. A Análise do Discurso, portanto, pretende não instituir uma “nova lingüística”, mas consolidar uma alternativa de análise, mesmo que marginal, à perspectiva “tradicional”. Um alargamento teórico, uma possibilidade outra, originada de um olhar diferenciado que se lança sobre as práticas languageiras.(Ibid, 2005, p.307-308).

Seguindo neste raciocínio, a Análise do Discurso consegue captar elementos discursivos que dependendo do contexto a Análise de Conteúdo não consegue dar conta. Um deles é o ocultamento de determinada fala ou expressão, onde no momento da notícia deveria estar contido ou feito menção mas acabou não sendo evidenciada (seja por terceiros ou por orientação jornalística). Em muitos momentos, o jornal acaba não produzindo uma materialidade discursiva. Isso deve ser observado aos olhos do pesquisador. No contexto da

---

<sup>7</sup> Quando falamos em intencionalidades ideológicas, ou mesmo ideologia é preciso ressaltar que o conceito de ideologia possui inúmeros sentidos, tal como o conceito de cultura. Segundo Le Forte (1982, apud CHAUI, 2006, p.75-76), ‘A ideologia contemporânea é invisível porque não parece construída nem proferida por um agente determinado, convertendo-se num discurso anônimo e impessoal. que parece brotar espontaneamente da sociedade como se fosse o discurso social’.

<sup>8</sup> A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações. Ver: Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 1977.

repercussão de notícias relativas a movimentos sociais, em nosso caso o MST, isso torna-se, por si só, um indicativo que precisa ser notado pelo historiador. Afinal, as ausências na repercussão de um fato, podem dizer mais coisas do que está de fato escrito. Tais ausências, ao longo do tempo, podem acabar ocasionando falsas convicções ou o fortalecimento de algumas opiniões em detrimento de outras. O ocultamento ou não repercussão de um aspecto chave no contexto histórico imediato pode provocar reflexos longos no futuro. Cabe ao pesquisador ter a perspicácia de perceber esse tipo de intencionalidade. Nesse sentido, a Análise do Discurso torna-se uma ferramenta técnica, além de teórico-metodológica, que facilita o trabalho na hora de lidar com a fonte de pesquisa.

A maior diferença entre as duas formas de análises é que a AD trabalha com o sentido e não com o conteúdo; já a AC trabalha com o conteúdo, ou seja, com a materialidade lingüística através das condições empíricas do texto, estabelecendo categorias para sua interpretação. Enquanto a AD busca os efeitos de sentido relacionados ao discurso, a AC fixa-se apenas no conteúdo do texto, sem fazer relações além deste.( CAREGNATO; MUTTI apud ALVERNE, 2016)<sup>9</sup>

Como exercício e demonstração da metodologia aplicada ao trabalho, faremos a análise de uma notícia do jornal *Pioneiro* do dia 16 de março do ano de 2000. Em coluna de título: Desvios do MST. Na seção de opinião, o jornal busca estabelecer um diálogo com o leitor à respeito dos desvios e caminhos que o MST vem tendo no período: “...Depois de ter promovido saques e incentivado a destruição dos postos de pedágio, observa-se que a liderança do MST<sup>10</sup> novamente ultrapassa os limites de processos aceitáveis numa democracia “ ( *Pioneiro*, 16 de março de 2000, p.6). Para a realização do breve exercício, utilizaremos como exemplo um quadro conceitual elaborado por Rocha, onde o autor aponta algumas aproximações e diferenciações entre a Análise do Discurso e a de Conteúdo, ressaltando o fato que para a elaboração de nossa pesquisa procuramos um enfoque sob a perspectiva da Análise do Discurso.

Quadro 1 - Quadro-síntese das aproximações e afastamentos entre Análise de Conteúdo e Análise do Discurso.

<sup>9</sup> No artigo **PESQUISA QUALITATIVA: ANÁLISE DE DISCURSO VERSUS ANÁLISE DE CONTEÚDO**, as autoras: Rita Catalina Aquino Caregnato e Regina Mutt, utilizam AD para Análise do Discurso e AC para Análise de Conteúdo.

<sup>10</sup> Quando fala na liderança do MST, o jornal *Pioneiro* está se referindo a um dos líderes do movimento na época: João Pedro Stédile.

	<b>ANÁLISE DE CONTEÚDO</b>	<b>ANÁLISE DO DISCURSO</b>
<b>Objetivos de pesquisa</b>	captar um saber que está por trás da superfície textual	analisar em que perspectivas a relação social de poder no plano discursivo se constrói
<b>Eu pesquisador</b>	espião da ordem que se propõe a desvendar a subversão escondida; leitor privilegiado por dispor de "técnicas" seguras de trabalho	agente participante de uma determinada ordem, contribuindo para a construção de uma articulação entre linguagem e sociedade
<b>Concepção de texto</b>	véu que esconde o significado, a intenção do autor	materialidade do discurso
<b>Concepção de linguagem</b>	reprodução e disseminação de uma realidade <i>a priori</i>	ação no mundo
<b>Concepção de ciência</b>	instrumento neutro de verificação de uma determinada realidade	espaço de construção de olhares diversos sobre o real

Fonte: Rocha, 2005.

O primeiro fato a ser ressaltado, é que por estar disposto na seção Opinião, o jornal busca informar e dialogar com o leitor de maneira mais íntima. Uma vez que o jornal está falando o que acha do evento ocorrido, há uma intencionalidade do impresso em comunicar sua opinião ao leitor. Nesse momento a barreira da simples repercussão do fato é ultrapassada - o que não é um problema, o jornal na verdade é honesto ao evidenciar o nome da coluna que trata-se de um opinativo.

Se por um lado o fato do jornal ter utilizado a seção Opinião é bem visto, no sentido de deixar claro as posições no momento na análise, o impresso revela um pouco do conceito que o tem à respeito de uma das lideranças do movimento. Ao entonar que essa liderança teria promovido "saques e incentivado a destruição de postos de pedágio", o jornal responsabiliza quase que exclusivamente Stédile pelo ocorrido. Além do mais, por estar contido na seção Opinião, o jornal não apenas informa, mas opina que Stédile esteja promovendo saques e

roubos. Isso é ressaltado quando o jornal utiliza o termo “novamente”, o que dá a entender que é um ato corriqueiro.

Por fim, em: “ultrapassa os limites de processos aceitáveis numa democracia”, cabe se perguntar o que o jornal quis insinuar com isso? O que e que atitudes o jornal acha que são não democráticas?. Ademais, outra nuance que o contexto histórico pode proporcionar, e que fica implícito, é a possível associação que o jornal faz com a não democracia e as práticas adotadas por Stédile e o MST. Afinal, qual o motivo de evocar a democracia quando se está analisando um ato de desordem? No máximo um crime? Significa dizer que qualquer furto ou dano ao patrimônio é necessariamente um ato antidemocrático?

Para além da Análise do Discurso, outra metodologia abordada e utilizada para a concepção deste trabalho é o Endereçamento. Em síntese, (ELLSWORTH, 2001), resume o modo de endereçamento como um termo dos estudos do cinema, que pode ser definido pela seguinte pergunta: quem este filme pensa que você é? Embora o conceito advenha do cinema, ele pode ser adaptado, como ressalta Ellsworth, para demais áreas de estudo como a educação, estudos culturais, psicanálise... Neste caso, estaremos fazendo o uso desta metodologia para os impressos jornalísticos. Para isso, bastaria adaptarmos a pergunta de Ellsworth para: Quem o *Pioneiro* pensa que você é, caro leitor?

Para o jornal, entender o seu público é um fator fundamental. Além de entender quem é o seu público leitor, o jornal impresso faz suposições, especula sobre quem é, e o que seus leitores pensam quando o mesmo repercute alguma notícia. Na medida em que o jornal faz suposições a respeito do leitor e suas preferências, ele estabelece uma linha editorial de como se dará o conteúdo de determinada notícia. Isso acontecerá de diferentes maneiras, seja na prática da linguagem discursiva ou mesmo no momento da diagramação, quando o periódico hierarquiza pautas, cedendo destaque ou não para determinado evento, ou até mesmo ocultando determinada palavra, frase ou sentido.

Em outras palavras, o que estou dizendo é que o paradoxal poder de endereçamento consiste na diferença entre, de um lado, todas as outras frases que poderiam ter sido ditas e foram ditas em outros filmes, telenovelas, noticiários, romances, comédias de televisão e, de outro, a frase que foi dita aqui. O modo de endereçamento consiste na diferença entre o que poderia ser dito -tudo o que é histórica e culturalmente possível e inteligível de dizer- e o

que é dito. (ELLSWORTH, 2001.p.47).

Para além do componente discursivo e jornalístico, existe o componente da própria relação entre o impresso, sociedade e mercado. É importante salientar que, tanto leitor, quanto veículo jornalístico, estão inseridos em uma complexidade de relações que vai além simples relação leitor-jornal. Trata-se de um contexto envolvendo uma multiplicidade de fatores e agentes que impactará a relação com que o jornal se comunica com o leitor e vice-versa. Nesse sentido, entender como funciona a cabeça do leitor é extremamente importante. Tanto para que o impresso consiga passar sua mensagem de forma que agrade o leitor ,quanto para que o leitor receba de maneira mais exitosa aquilo que o jornal quer passar para ele. De forma que cabe o jornal perguntar-se : O que eu quero que o leitor interprete nesta notícia e qual a melhor forma para que ele chega à essa conclusão que eu quero que ele chegue.

Se você compreender qual é a relação entre o texto de um filme e a experiência do espectador, por exemplo, você poderá ser capaz de mudar ou influenciar, até mesmo controlar, a resposta do espectador, produzindo um filme de uma forma particular. Ou você poderá ser capaz de ensinar os espectadores como resistir ou subverter quem um filme pensa que eles são ou quem um filme quer que eles sejam. Os teóricos do cinema têm utilizado, sob uma forma ou outra, a noção de modo de endereçamento (Ibid, p. 51, 2001).

Mais uma vez, podemos utilizar a citação acima da autora - que diz respeito à questão filme-espectador - e transportá-la para uma relação leitor-jornal. Dessa forma, o filme seria o jornal, espectadores seriam os leitores, o diretor e sua equipe seriam os jornalistas e produtores do veículo impresso. Vemos a partir da colocação da autora que, através de um plano de relações e produção de uma notícia, o impresso consegue, de certa forma, direcionar o leitor para o caminho que ele quer que o leitor chegue. Uma espécie de conclusão guiada, um caminho pré-estabelecido.

Os métodos de Endereçamento e Análise do Discurso são dois dos principais alicerces que fizemos uso neste trabalho para a crítica à fonte pesquisada. Ao longo do Capítulo 3 faremos mais relações diretas com fontes e trechos do jornal.

## 2. O CONTEXTO NACIONAL: O MST E A REFORMA AGRÁRIA

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um movimento social de abrangência nacional e de grande destaque no cenário social, político, econômico e cultural. Desde sua criação, rapidamente o MST ganhou corpo, cresceu, adquiriu mais integrantes, aliados, simpazitantes, e também inimigos. Sua principal pauta é a Reforma Agrária, onde já conseguiu que cerca de 350 mil famílias conquistassem a terra<sup>11</sup> para seu sustento. Além da Reforma Agrária, o movimento possui diversas outras pautas ao qual se propõe participar do debate, é o caso de alimentos transgênicos<sup>12</sup>, a agricultura camponesa, agronegócio, educação e cultura, além das questões envolvendo o meio ambiente.

### 2.1 A ORIGEM DO MST

Muitos dos movimentos sociais contemporâneos no Brasil nasceram ou intensificaram sua formação por decorrências de demandas sociais, problemas econômicos, opressões, questões raciais... Na verdade, praticamente todo o movimento social nasce de alguma problemática ao qual os integrantes destes movimentos estão descontentes. O caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) não é diferente.

Antes de tratarmos especificamente do caso do MST, faz-se necessário algumas reflexões e apontamentos sobre o conceito de Movimentos Sociais e o que estes pretendem no espaço social e político. Logo, como é o caso do MST e de outros movimentos sociais, para haver movimento social é necessário o coletivo. Além disso deve haver uma ou mais pautas convergentes dentro desse coletivo social, demonstrando estar minimamente organizado a nível local, nacional ou global, física ou então - como é o caso de muitos dos movimentos sociais da contemporaneidade - virtualmente.

Nós os encaramos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e

---

<sup>11</sup> Dado disponível pelo endereço virtual do próprio MST: <<https://mst.eita.coop.br/>>.

<sup>12</sup> Os organismos transgênicos são aqueles cujo genoma foi modificado com o objetivo de atribuir-lhes nova característica ou alterar alguma característica já existente, através da inserção ou eliminação de um ou mais genes por técnicas de engenharia genética. Entre as principais características almejadas encontram-se o aumento do rendimento com melhoria da produtividade e da resistência a pragas, a doenças e a condições ambientais adversas; a melhoria das características agrônômicas, permitindo uma melhor adaptação às exigências de mecanização; o aperfeiçoamento da qualidade; a maior adaptabilidade a condições climáticas desfavoráveis e a domesticação de novas espécies, conferindo-lhes utilidade e rentabilidade para o homem (Lacadena, 1998).

expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. (GOHN, 2011,p.335-336).

Como bem ressaltado por Maria da Glória Gohn, para um movimento social conseguir difundir suas pautas e dialogar de melhor maneira com a sociedade, deixando claro a todos seus objetivos e o motivo de seu descontentamento, e por consequência, sua ação como movimento, as redes sociais são elemento decisivo para a exposição do movimento. Embora o MST historicamente seja um movimento social que privilegia a ação direta de seus integrantes, como protestos, ocupações, concentrações, etc. O movimento também procura dialogar com as plataformas digitais. O MST possui um site próprio, onde podemos encontrar diversas informações. O conteúdo é bastante diversificado, nele podemos encontrar desde aspectos mais introdutórios como o que é o MST, quem faz parte do movimento, um pouco de sua história, vídeos, entrevistas, opiniões e mais. Além disso, o movimento disponibiliza de forma gratuita, através do seu website<sup>13</sup>, 27 edições do jornal do MST, de nome: *Jornal Sem Terra*. Há também dentro do próprio site uma plataforma que corresponde à um acervo digital<sup>14</sup>, nele há centenas de produções acadêmicas que dizem respeito à temática da Reforma Agrária e do MST.

Tabela 1 - Meios de comunicação popular com vínculos ao MST, 2007

---

<sup>13</sup> <<https://mst.org.br>>

<sup>14</sup> <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca>>



Veículos associados ao MST			
Meio	Ano de criação	Frequência	Difusão
Jornal Sem-Terra	1981	mensal	20 mil exemplares impressos
Revista Sem-Terra	1997	bimestral	7 mil exemplares impressos
Página de Internet	1997	diária	3 mil acessos em média
Rádios Comunitárias*	1997	diária	30 rádios localizadas em diversos pontos do país
Vozes da Terra	2000	mensal	Distribuído a aproximadamente 1.500 rádios comunitárias
Letraviva	2000	mensal	Distribuído a mais de 60 mil correios eletrônicos
Veículos apoiados pelo MST <sup>†</sup>			
Meio	Ano de criação	Frequência	Difusão
Editora Expressão Popular	1999	–	171 títulos publicados em 730 mil exemplares
Brasil de Fato	2003	semanal	50 mil exemplares impressos
Radioagência NP	2004	diária	Reportagens distribuídas a 100 rádios
Agência Chasque	2005	diária	Reportagens distribuídas a 20 rádios no Sul do país

Fonte: Carter, 2010

Oficialmente, o movimento começa em 1984 em um congresso na cidade de Cascavel no Paraná, no entanto, já estava sendo articulado desde muito antes. Como veremos com o seguimento deste trabalho a distribuição de terras no Brasil é uma questão histórica não resolvida, portanto, é possível dizer que desde o início da colonização do Brasil, o país enfrenta problemas com a distribuição de terras. A chegada de escravos na época colonial e imperial brasileira, além da chegada massiva de imigrantes europeus e mesmo asiáticos nos séculos XIX, e XX irão intensificar a demanda e a disputa por terras.

O MST não teve sua criação no 1º Encontro Nacional de Sem-Terra em janeiro de 1984, mas nas primeiras ocupações de terra organizadas no Sul do país em 1979. A partir desse ano, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul houve ocupações de terra e lutas de resistências de posseiros, arrendatários e outros camponeses que sofriam a expulsão das terras onde trabalhavam. (CARTER ; FERNANDES, 2010, p.165)

Como afirmado anteriormente, o MST é oficializado em 84, isso acontece pois, antes disso, o movimento não podia se organizar formalmente devido a ditadura civil-militar que o

país enfrentava. Segundo (CARTER; FERNANDES, 2010), “O MST surge em um contexto de decomposição do regime militar e de crescente mobilização social por uma abertura política”. Portanto, o movimento antes mesmo de sua oficialização já vinha atuando e se articulando no cenário nacional, em especial, na região sul do Brasil.

É apenas no final da ditadura e início da nova república que o movimento consegue tornar-se oficial, com um mínimo de garantias legais para conseguir atuar e buscar suas demandas. De fato, a ditadura cerceou a liberdade e o direito de expressão de inúmeros movimentos sociais. Levantar a bandeira de um movimento social que não era representado pelo padrão normativo dos governantes na época era passível de repressão, prisão, perseguição, e até mesmo torturas. Dessa maneira o fim da ditadura civil-militar possibilitou à grupos sociais excluídos participarem de forma mais organizada no cenário nacional e na democracia. Foi o que aconteceu com o MST, que nasce de maneira muito bem organizada e logo torna-se um dos, senão o maior movimento social organizado do Brasil contemporâneo.

Gestado e com suas primeiras ações na região sul do Brasil, o movimento rapidamente se expande e se territorializa<sup>15</sup> por todas as regiões do Brasil.

O processo de territorialização é compreendido pelas ocupações de terra e conquista de assentamentos rurais. Esses territórios se constituem em novos espaços onde o campesinato se recria e reproduz a luta pela terra mediante a formação de um movimento camponês. Essa leitura da luta pela terra nos permite compreender que forma de organização social e território são partes indissociáveis da luta camponesa. (Ibid, 2010, p. 163)

A partir sul do Brasil, o MST ganha espaço, sobretudo nas regiões nordeste, norte e centro-oeste, dessa forma, embora com seus primeiros passos na região sul, atualmente há mais presença do movimento nas regiões nordeste, norte e centro-oeste em comparação ao eixo sul-sudeste.

## 1 - Mapa de territorialização do MST: 1979<sup>16</sup>-1999.

---

<sup>15</sup>A territorialização, ou reterritorialização, seria o movimento de se constituir referenciais simbólicos e identitários (materiais e imateriais) junto a um recorte espacial definido, dotando-o de unidade. Poderia ser também chamada de enraizamento territorial, vinculando populações, empresas e instituições de governo ao território. (FUINI, 2014, p.231)

<sup>16</sup> Antes de sua oficialização em 1984, o MST já havia organizado algumas ações como é o caso da ocupação da fazenda Macali, em Ronda Alta, RS.

Foi no Rio Grande do Sul que os sem-terra organizaram a primeira ocupação planejada de terra (1979), o primeiro grande acampamento de sem-terra (1981), a primeira ocupação massiva da terra (1985), e a primeira marcha de longa distância (1986), entre outras táticas de mobilização. (Carter, 2008, p. 201).



Fonte: Fernandes, 2000

É possível estabelecer algumas relações ao fato do MST, ao longo de sua história, ter tido uma maior territorialização fora do eixo de sua criação como movimento social. O principal deles talvez seja o alto valor das terras das regiões sul e sudeste em comparação com as demais regiões do país. Deste modo, a reforma agrária se tornaria menos custosa ao Estado brasileiro se realizada em regiões com o valor da terra menos valorizado no mercado fundiário.

A reforma agrária, eles sustentam, é uma forma muito cara de prestar assistência social aos pobres, ainda mais considerando-se o elevado aumento do preço da terra no mercado fundiário nos anos 2000. No máximo, alguns argumentam, a distribuição de terras só deveria ser promovida nas regiões “atrasadas” do Nordeste brasileiro.(CARTER et al., 2010, p. 68)

Ainda neste capítulo abordaremos mais especificamente a Reforma Agrária e a questão da distribuição de terras no Brasil, por hora, ainda referente à territorialização do MST cabe apontarmos um outro elemento que pode ajudar a explicar uma maior participação do MST no cenário da região nordeste, norte e no centro-oeste do país. Conforme consta no mapa 1 - Territorialização do MST, 1979 - 1999 - podemos observar três estados brasileiros com grande representação do MST, são eles Tocantins, Mato Grosso e Pará.

Na perspectiva do Mato Grosso, é possível estabelecer uma comparação com seu limite fronteiro ao sul, Mato Grosso do Sul. Vemos que quando comparados os dois estados a presença do MST é muito maior no estado do Mato Grosso do que em seu vizinho. Isso pode ser explicado sob a hipótese de que no estado mais ao sul, a vinculação com o capital do eixo sul-sudeste nas suas estruturas fundiárias e produtivas é maior. Em suma, o estado do Mato Grosso do Sul é uma extensão das regiões sul e sudeste, mais vinculada à lógica do agronegócio<sup>17</sup> e uma região com maior modernização do campo, o que acaba por reduzir a necessidade da mão-de-obra rural.

Tabela 2 - Porcentagem de assentamentos vinculados ao MST por região do país. (1985-2006)

---

<sup>17</sup> O termo agronegócio possui diferentes conceitos e entendimentos dependendo da análise empregada. Segundo o próprio MST “O termo agronegócio foi criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial (tanto de produtos destinados à agricultura quanto de processamento daqueles com origem no setor), comercial e de serviços”. Neste trabalho, o entendimento de agronegócio converge com o descrito pelo MST, no sentido em que o agronegócio privilegia as relações capitalistas na produção do campo com enfoque no aumento da produtividade e na exportação.

Região	Famílias assentadas		Área distribuída	
	Total	%	Total	%
Norte	313.592	38,0	23.521.185	56,9
Nordeste	300.074	36,4	9.097.603	22,0
Centro-Oeste	132.363	16,0	6.720.901	16,3
Sudeste	43.655	5,3	1.252.487	3,0
Sul	35.648	4,3	742.984	1,8
Brasil	825.332	100	41.335.160	100,0

Fonte: (Carter, 2007); (Incra, 2008)

No que diz respeito à região nordeste, um dos fatores que possam influenciar a grande presença do MST nesta região é herança dos trabalhadores rurais das antigas Ligas Camponesas que tiveram sua legalidade barrada com o golpe militar de 1964. Com o fim da ditadura militar, muitas das famílias de trabalhadores historicamente ligadas às Ligas Camponesas vincularam-se ao MST, daí um dos motivos que explicam o rápido crescimento do movimento à nível nacional.

A partir da segunda metade da década de 1950, o Nordeste assistiu a uma crescente organização dos trabalhadores rurais. As Ligas Camponesas, criadas pelo Partido Comunista na segunda metade da década de 1940, ganharam uma nova força ante o engajamento do deputado socialista Francisco Julião. (MONTENEGRO, 2004, p. 391)

Ao longo da história a diversidade de movimentos sociais ligado aos trabalhadores rurais, articulados com diversas outras estruturas da sociedade, possibilitaram o rápido crescimento do MST. Além disso, a tradição de organização dos antigos movimentos sociais do meio rural, como o caso das Ligas Camponesas deram ao MST uma base de organização e difusão que facilitou o fortalecimento no cenário interno e externo do MST no Brasil. Ademais, a concentração da propriedade da terra na mão de poucos, que ocasionou diversos problemas sociais no Brasil, como o caso da gritante desigualdade social, irão por si só promover a articulação de setores desprivilegiados da população em busca de mais igualdade.

Tabela 2.1 - Cronologia da História social no Campo: 1944 - 2005

Ano	Acontecimento
1944	Decreto-Lei n.7098/44 que definia a representação sindical paralela entre trabalhadores e patrões no meio rural.
1945	Decreto-Lei n.7449/45 que definia a formação de associações rurais como organizações mistas, não submetidas a critérios de enquadramento profissional, mas sim à jurisdição territorial de base municipal, com uma representação a nível estadual por meio de federações.
1945	Aparecimentos das primeiras associações de lavradores.
1949	Aparecimento do primeiro número do jornal <i>Terra Livre</i> .
1953	Primeiro Congresso de Lavradores.
1954	Segundo Congresso de Lavradores e criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Criação da Confederação Rural Brasileira (CRB).
1955	Criação do Serviço Social Rural.
1955	Criação da Liga Camponesa da Galileia (Pernambuco).
1960	Surgimento do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), no Rio Grande do Sul.
1961	Congresso Camponês de Belo Horizonte.
1962	Aparecimento do jornal <i>Liga</i> , editado pelas Ligas Camponesas do Brasil.
1962	Regulamentação da sindicalização rural.
1963	Criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).
1963	Aprovação Nacional do Estatuto do Trabalhador Rural pelo Congresso Nacional. Greve dos canavieiros pernambucanos.
1964	Golpe militar (31 de março). Aprovação pelo Congresso Nacional do Estatuto da Terra (novembro).
1971	Criação do FUNRURAL.
1975	Criação da Comissão Pastoral da Terra.
1979	Primeiras ocupações organizadas de terra no Sul do Brasil.
1979	Greve dos canavieiros de Pernambuco, dando início a um ciclo que se repetirá nos anos seguintes em Pernambuco e em outros estados do Nordeste e Sudeste.
1984	Criação formal do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Greve de Guariba em São Paulo.
1984	Movimento das "Diretas Já".
1985	Início da Nova República. Proposta do I Plano Nacional de Reforma Agrária.
1991	Primeiro Grito da Terra Brasil.
1996	Criação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).
2001	Criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Sul (FETRAF-Sul).
2005	Criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (FETRAF-Brasil).

Fonte: Carter, 2010

### 2.1.1 As Igrejas e os movimentos sociais no campo.

Ao longo da história dos movimentos sociais no campo, a posição de setores das Igrejas de maior abrangência em território nacional tiveram diversas posturas quanto ao apoio

ou não destes movimentos sociais. Caso emblemático é no momento do golpe militar de 1964 onde os militares tiveram o apoio e a participação da maioria das instituições eclesiais na época.<sup>18</sup> É possível afirmar que estes setores tiveram grande relevância para que João Goulart deixasse a presidência do Brasil.

Praticamente todos os órgãos de direção das Igrejas Cristãs deram apoio ao golpe, comprometendo sua liberdade de ação até mesmo em relação à violência que se abateu sobre muitos militantes cristãos. Com o decorrer do tempo, algumas igrejas recuperaram certos espaços de liberdade, em decorrência da violência do regime militar e as pressões internas de pessoas e entidades ligadas a estas igrejas. ( CARTER et al., 2008, p. 139)

Nos momentos finais da ditadura militar, o cenário já era um pouco diferente. Muitos setores de diversas Igrejas viam na reforma agrária e na ação dos movimentos sociais pautas relevantes e necessárias para o país. A Igreja Católica foi uma dessas instituições que mudou o seu posicionamento quanto ao apoio aos movimentos sociais no campo durante a ditadura militar. Aliás, não apenas em relação aos movimentos sociais no campo mas também no próprio combate à ditadura militar a Igreja acabou colaborando com diversos movimentos de resistência. É bem verdade que esse apoio não se tratava da integridade da Igreja, mas sim de determinados setores, o posicionamento dessas instituições não é homogêneo como ressalta (CARTER et al., 2010, p. 193) : “Na Igreja Católica, por exemplo, a pluralidade se expressa até mesmo através de posicionamentos assumidos por um “grupo informal” de bispos que nasceu em 1973 e continua ativo até os dias de hoje”.

Nesse sentido destacamos a ação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão vinculado à CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil)<sup>19</sup>. Como mencionado anteriormente, grande parte de setores da Igreja endossaram a tomada do governo pelos militares, podemos dizer que foi o caso da CNBB.

Entre os dias 17 e 19 de março, a Comissão Central da CNBB emitiu um comunicado oficial assinado por 26 bispos apoiando enfaticamente a intervenção militar sob o argumento que as Forças Armadas evitaram a tomada de poder pelos comunistas. Trata-se do único documento elaborado no âmbito da CNBB que endossa a destituição do presidente João Goulart. (CANCIAN, 2016, p. 109-110).

---

<sup>18</sup> A relação entre as Igrejas Cristãs, sobretudo a Igreja Católica, com a ditadura civil-militar é complexa. Nossa proposta é apenas contextualizar brevemente o que estava ocorrendo em 1964 e durante os anos seguintes.

<sup>19</sup> A CNBB foi criada no ano de 1952, no Rio de Janeiro.

Poletto destaca que com a intensificação da opressão da ditadura civil-militar com a promulgação do AI-5<sup>20</sup>, a CNBB passou a adotar posturas mais críticas ao governo dos militares. Nesse momento, um grupo informal de bispos, no ano de 1973 decide, a partir de algumas reuniões, realizar algumas publicações demonstrando criticidade aos fatos que estão ocorrendo no território nacional naquele momento.

Com críticas profundas ao sistema econômico e à violência política promovidas pela ditadura, com uma reflexão bíblica e teológica que iluminava essa realidade, e com um reconhecimento das iniciativas populares e dos direitos dos trabalhadores, esses documentos expressaram compromissos públicos de setores da Igreja Católica em favor da construção popular de uma sociedade democrática que favorecesse a socialização dos bens, da cultura e do poder. (CARTER ; POLETTTO, 2010, p. 144).

A Comissão Pastoral da Terra nascerá efetivamente em 1975, nesse clima de contestação das práticas militares e, por consequência, de muitas das posturas internas da igreja. Como aponta (CARTER; POLETTTO, 2010, p.144), “Ela constituirá o evento mais importante na reorientação da Igreja Católica em relação ao campo e à luta pela terra”. Para Poletto, a CPT promove uma mudança significativa no pensamento da CNBB, assim o autor elenca algumas das importantes mudanças que ocorrem nesse período:

- 1) Reconheceu e acatou propostas de algumas igrejas diocesanas que há mais tempo, e com grande sofrimento e perseguições, realizavam práticas pastorais a serviço de homens e mulheres do campo, defendendo seus direitos e incentivando sua organização;
- 2) Acolheu e deu apoio à Comissão Pastoral da Terra como um organismo oficial, ligado pastoralmente à CNBB, mas autônomo em sua forma organizativa e administrativa;
- 3) Tornou-se acolhedora dos crescentes gritos de socorro levantados pelos camponeses atingidos pela violência do latifúndio e pelas ações governamentais, comprometidas com os interesses do latifúndio e com a violência do processo de modernização agrícola em favor das grandes empresas capitalistas nacionais e internacionais, especialmente na Amazônia. (CARTER; POLETTTO, 2010, p. 143)

Como ressaltamos ao longo desta produção, o MST nasce em um contexto relativamente favorável para a sua expansão, que como visto, foi o que ocorrera. A presença da Igreja Católica por meio de organizações como a CPT e seu apoio às causas do movimento indubitavelmente ofereceram condições para que o movimento crescesse e expandisse por

---

<sup>20</sup> Ato Institucional nº 5, AI-5, durou de 13 de dezembro de 1968 até dezembro de 1978, e foi o momento mais rígido e violento do regime militar, dando poder de exceção aos governantes para que esses pudessem “agir mais fortemente” contra os “inimigos” do regime.



todo o Brasil. Em muitos momentos: ocupações, romarias, protestos, o simbolismo e a presença religiosa ficam evidentes, isso fortalece a adesão e a percepção das causas do movimento com a sociedade civil.

A luta dos movimentos sociais do campo nunca foi fácil no Brasil, no entanto, o contexto dos anos 80 e início dos anos 90 no Brasil ofereciam uma perspectiva positiva à estes grupos. Embora a aversão à estes era grande por parte de lideranças economicamente poderosas, podemos dizer que o MST, devido à luta de diversos outros movimentos sociais no campo ao longo da história brasileira, e por suas próprias conquistas, já nasceu forte, com boas estruturas, apoio, e um objetivo claro e necessário a fim de combater as desigualdades no campo e no Brasil de maneira geral

## 2.2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

A Reforma Agrária é a principal pauta política do MST, embora haja diversas outras demandas e problemáticas que o movimento desenvolve, a questão da terra e sua distribuição mais igualitária é a principal bandeira do movimento. Na verdade, o problema da concentração de terras no Brasil vem de muito tempo. Historicamente no Brasil, desde a escravidão até os dias de hoje, a desigualdade social é um dos, senão o principal problema do Brasil. Em tempos mais antigos, e em menor escala ainda hoje, a desigualdade social e a concentração de terras estão intrinsecamente ligadas. A solução da reforma agrária não é, nem nunca foi meramente uma questão econômica. Embora a concentração de terras tenha em grande parte conotações econômicas, ela também é influenciada, sobretudo, pelo contexto político e histórico ao qual um país está vinculado.

Em primeiro lugar, que uma reforma agrária não surge nunca de uma decisão repentina de um general, de um partido, de uma equipe governamental, ou mesmo de uma classe social. Ela é sempre o resultado de pressões sociais contrárias, e, ao mesmo tempo, é limitada por essas mesmas pressões. Suas consequências e seu alcance, tanto no ponto de vista social como econômico, dependem intrinsecamente da evolução das relações de força entre os camponeses, os assalariados agrícolas, os operários, as chamadas “camadas médias”, a burguesia e os grandes proprietários fundiários. Em outras palavras, depende diretamente da evolução da conjuntura política do país. (VEIGA, 1981, p.8).

Como abordamos anteriormente, o problema agrário brasileiro data de muito cedo, ele é constituído desde muito antes da constituição no MST, ou de qualquer outro movimento social republicano. Na verdade, podemos estabelecer um paralelo do problema da distribuição de terras no Brasil com a própria época da colonização do país. Segundo (CARTER; SAMPAIO, 2010, p.397). “Não há como dissociar a realidade atual da forma como as terras foram apropriadas e economicamente exploradas nos primeiros séculos da formação da nação”. A nação foi construída através da problemática da terra, na época da escravidão, por exemplo, a posse da terra era negada tanto ao negro quanto ao indígena, de forma que, legalmente, o “conquistador” poderia não apenas usufruir da exploração do trabalho do escravo, como negar a terra para qualquer outro que não fosse como ele, impossibilitando, mesmo em um país com dimensões continentais a subsistência autônoma dos outros quando não submetido ao jogo de regras impostas pelo homem branco. Para agravar a situação de desigualdade, no ano de 1850, com elaboração da Lei de Terras<sup>21</sup> no contexto da imigração europeia, ficou estabelecido o regime de posse, o que significa dizer que para a aquisição da terra havia a necessidade da compra e da venda no mercado. Isso acabou por impossibilitar ainda mais o acesso de negros libertos à terra, uma vez que estes dificilmente teriam o dinheiro necessário para a compra. De certa maneira, a mercantilização da terra naquele momento, acabou por impedir um campesinato de se apropriar de terras desprovidas.

Nesses tempos de “conquista”, o problema da terra confundia-se com o da escravidão dos indígenas necessária para proporcionar mão de obra aos conquistadores. Desse modo criou-se desde cedo no Brasil uma sociedade radicalmente segmentada. Logo em seguida, essa segmentação foi aprofundada pela escravidão africana, essencial ao esquema colonial de produção canavieira estabelecido pela metrópole. Portanto, desde o começo da história brasileira, a acumulação das terras, a escravidão e a dependência das exportações constituíram os elementos estruturantes da economia, do poder político, das relações sociais e da cultura da sociedade colonial. (Ibid, 2010, p.397).

---

<sup>21</sup> Embora a Lei de Terras (1850) tenha vindo com a perspectiva de modernizar uma legislação sobre a terra no Brasil, no sentido de, minimamente, estabelecer um conjunto jurídico de leis à respeito da terra, ela acabou criando algumas distorções, uma vez que, como o aparato estatal não tinha condições de fiscalização à respeito da execução de suas leis algumas oligarquias regionais acabaram se beneficiando desse contexto.

O efeito da Lei de Terras foi, por um lado, a legalização do latifúndio e, por outro, o surgimento da “grilagem” – atividade muito lucrativa, que consiste em forjar títulos de propriedade de grandes extensões de terras vagas para vendê-las a grandes fazendeiros ou em desalojar, pela violência ou pela via de chicanas judiciais, posseiros estabelecidos por conta própria em terras vagas, mas desprovidas de títulos de propriedade. (CARTER; SAMPAIO, 2010, p. 399)

A necessidade da reforma agrária se evidencia pelo fato de que o Brasil é um dos únicos países no mundo a ainda não ter realizado uma ampla e significativa reforma agrária. Longe de ser um contexto ideológico, para muitos países a reforma se mostrou uma necessidade. Praticamente todos os países desenvolvidos realizaram a reforma ao longo de sua história. É possível afirmar que a reforma agrária foi um condicionante para o desenvolvimento de inúmeras nações. O Brasil, ainda que com dimensões continentais, reluta em realizar uma reforma agrária necessária.

No século XX, a maioria das transformações da propriedade rural teve o Estado como seu principal propulsor. Este foi claramente o caso do Japão e da Coreia do Sul (ambos sob ocupação norte-americana), Taiwan (depois de o partido nacionalista tomar o poder da ilha) e na maior parte do Leste Europeu (sob a guarda do exército soviético). O México teve uma grande demanda social pela distribuição fundiária nos anos que se seguiram à revolução de 1910, mas as principais medidas de reforma agrária do país, promulgadas pelo presidente Lázaro Cárdenas entre 1934 e 1940, tiveram as marcas claras de um Estado ativo. Casos contemporâneos nos quais o principal impulsionador da reforma agrária vem da própria sociedade incluem Brasil, Paraguai, Honduras, Guatemala, Filipinas, Bangladesh, Índia, Indonésia, África do Sul e Zimbábue. (CARTER et al, 2010, p.49).

A legislação que diz respeito à estrutura fundiária do Brasil foi passar por novas mudanças significativas só a partir da década de 60 do século XX, essa mesma década passa a também a registrar alguns avanços quanto aos direitos dos trabalhadores rurais. Em 1962 é regulamentada a sindicalização rural e em 1963 é aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural. Finalmente, muitas das leis trabalhistas da década de 1930, estavam agora se estendendo para o campo. 1964, em um contexto pós golpe militar, apresentará uma nova perspectiva para questão da terra no Brasil, é neste ano que é aprovado o Estatuto da Terra. Segundo (FILHO; FONTES, 2009, p. 67), “O Estatuto teve um caráter inovador, pois introduziu novos conceitos ligados a questão agrária. Foi através do estatuto que se mensurou o minifúndio e o latifúndio.”

Logo após o golpe militar de 1964 foi aprovado o Estatuto da Terra, estabelecendo os objetivos e os termos de uma reforma agrária, e uma emenda constitucional que permitia que as indenizações das terras desapropriadas por interesse social fossem pagas em títulos da dívida pública após a desapropriação. Esses documentos passaram a delimitar o campo de disputas pelo perfil e limites da reforma agrária, mantendo-se ainda hoje como referência política. (CARTER; MEDEIROS, 2010, p. 123).

De maneira sintética, a estrutura fundiária brasileira possui quatro grandes definições para a medição do tamanho das propriedades, o Estatuto da Terra caracterizou as propriedades rurais nas seguintes categorias : Minifúndio, pequena propriedade, média propriedade e grande propriedade (latifúndio). O cálculo para dimensionar o tamanho dessas propriedades é realizado através do Módulo Fiscal. O tamanho desse Módulo Fiscal não é fixo, podendo variar de região para região, de 5 a 110 hectares. Um exemplo básico é que um Módulo Fiscal (MF) na região do estado do RS tem uma área de hectares que configuram o seu módulo, esse valor será diferente do módulo no estado do AM, por exemplo. Esse módulo pode também variar dentro de um próprio estado. Como aponta ( FILHO; FONTES, 2009, p. 76): “ Uma propriedade que contenha menos de 1 Módulos Fiscais é classificada como minifúndio, entre 1 e 4 MF’s é pequena e entre 5 e 15 média., as que possuem mais de 15 MF’s são consideradas grandes propriedades ou latifúndios”.

O processo de reforma agrária não possui uma regra em específico, ao longo da história, cada país que a realizou a fez sob sua conjuntura política e econômica ao qual estava inserido. No entanto, na maioria das vezes, e como é o caso do projeto brasileiro, o processo de reforma agrária acontece através da desapropriação de terras mediante pagamento por meio do Estado. “Assim para se compreender o que é reforma agrária é necessário que se examine cada um desses seus três ingredientes fundamentais: a desapropriação, a atribuição aos beneficiários e o estatuto das novas unidades produtivas.” (VEIGA, 1981, p.22).

Podemos observar através da tabela 3 que o Brasil, em comparação aos seus vizinhos e demais países da América Latina que o processo de reforma agrária brasileiro é o menos significativo, com o país estando na 17ª posição de 17 países avaliados.

Tabela 3 - Comparativo dos processos de Reforma Agrária em países da América Latina.

Classificação	País	Período	Índice da reforma agrária	Terras distribuídas (%)	Camponeses beneficiados (%)	Anos de reforma	Regime democrático
1	Bolívia	1953-1955	34,17	29,9	52,7	2,4	Na maior parte não
2	Cuba	1959-1963	34,08	81,2	75	4,6	Não
3	Guatemala	1952-1954	18	17	19	2	Sim
4	Chile	1967-1973	9,86	40	20	6,1	Sim
5	El Salvador	1980-1984	7,45	19,6	12,7	4,3	Não
6	Nicarágua	1979-1988	5,63	29,9	23,1	9,4	Na maior parte não
7	Peru	1964-1977	4,45	35,4	25,1	13,6	Na maior parte não
8	Venezuela	1960-1973	3,92	29,1	24,8	13,8	Sim
9	Panamá	1968-1978	3,52	21,9	13,3	10	Não
10	México	1917-1940	3,21	22,5	54,1	23,8	Não
11	Colômbia	1962-1979	1,72	17,1	13,8	18	Sim
12	Honduras	1967-1984	1,14	11,2	8,8	17,5	Na maior parte não
13	Equador	1964-1983	1,11	9	10,4	17,5	Na maior parte não
14	Paraguai	1989-2002	0,78	2,3	8,3	13,7	Na maior parte sim
15	República Dominicana	1962-1982	0,75	8,7	6,9	20,7	Na maior parte sim
16	Costa Rica	1962-1980	0,68	7,1	5,4	18,3	Sim
17	Brasil	1985-2002	0,63	7,6	3,4	17,6	Sim
	<i>Classificação do Brasil</i>		17 <sup>a</sup>	15 <sup>a</sup>	17 <sup>a</sup>	13 <sup>a</sup>	

### 3. O MST NO *PIONEIRO*

Durante a década de 1990 e início dos anos 2000, o MST ganhou espaço no jornal *Pioneiro*. No nosso recorte estabelecido - 1992 a 2002 - notamos um evidente crescimento de notícias no jornal *Pioneiro* a partir do ano de 1996. Além disso foi constatado que nos meses de maio, abril, setembro e outubro, média de notícias envolvendo o jornal tende a aumentar. Ao longo deste capítulo elencamos algumas hipóteses que podem refletir um pouco dos aumentos nos noticiamentos a partir do ano de 1996 e das médias de notícias serem maiores em determinados meses do ano.

Tabela 4 - Notícias do MST no jornal *Pioneiro* por ano de publicação.

Ano	Notícias
1992	54
1993	49
1994	53
1995	30
1996	103
1997	112
1998	86
1999	78
2000	85
2001	66
2002	86
	total = 802

Fonte: Autor

Foi evidenciado que as principais temáticas nos noticiamentos do jornal *Pioneiro* envolvendo o MST se deram em três principais eixos: Conflitos por parte dos integrantes do movimento e a força policial; métodos de ocupação do movimento, que seguidamente eram contestados pelo jornal *Pioneiro*; Política/Econômica, onde muitas vezes uma das temáticas, seja política, ou econômica vinha acompanhada da outra.

### 3.1 VIOLÊNCIA NO CAMPO, NA CIDADE E NOS JORNAIS

Na introdução deste capítulo citamos que a partir do ano de 1996 a média geral das notícias do MST no *Pioneiro* aumentaram consideravelmente, de fato, nesse ano contabilizamos um total de 103 noticiamentos. Até então, em nosso recorte temporal o máximo de notícias envolvendo o movimento em um ano foi de 54 repercussões no ano de 1992, logo, 96 representa quase o dobro de publicações. Há algumas reflexões que podemos fazer à respeito desse aumento considerável de um ano para o outro, tendo em vista que o ano de 1995 contabilizou um total de apenas 30 notícias do MST.

Em nossa análise, defendemos que o principal motivo para esse aumento se dá devido à repercussão que o movimento ganha a partir do massacre em Eldorado dos Carajás no Estado do Pará<sup>22</sup>, após esse acontecimento, o movimento ganha mais espaço no *Pioneiro*, além da tragédia ter, de certa forma, chamado a atenção da opinião pública nacional para a violência com que as autoridades tratam os Sem-Terra no campo. É bem verdade que o Massacre em Eldorado dos Carajás não foi o primeiro, nem o último episódio de abuso de autoridade e violência explícita que causara a morte de dezenas de sem-terras em confronto com autoridades em processos de desocupações executadas pela polícia. Barreira descreve o episódio:

Trata-se de compreender um grave conflito que ocorreu entre as forças de segurança do Estado do Pará (Polícia Militar) e trabalhadores rurais. O campo brasileiro é novamente palco de um cenário importante ocorrido no dia 17 de abril de 1996, quando o governador do Pará "mandou a polícia militar desocupar uma estrada no sul do seu Estado. Saldo da operação de trânsito rodoviário: uma carnificina com duas dezenas de sem-terra mortos e 51 feridos. (BARREIRA, 1999, p. 173).

O massacre ganhou notoriedade em todos os meios de comunicação, o *jornal Pioneiro* dedicou algumas reportagens nos dias seguintes ao evento para condenar o uso de força abusivo e criminoso das autoridades policiais. Como veremos em próximos momentos, à época, o jornal *Pioneiro*, demonstrava apreço pela ideia de Reforma Agrária e pelas demandas do MST, ressaltando sempre que possível a necessidade de diálogo entre governo e MST, criticando em determinados momentos “exageros” no MST na luta por suas demandas

---

<sup>22</sup> No dia 17 de abril de 1996, no município de Eldorado dos Carajás, PA, 19 trabalhadores do MST foram mortos pela polícia militar.

encaradas como legítimas. O Massacre de Eldorado dos Carajás foi o evento que aumentou a visibilidade do MST no *Pioneiro*.

No dia 19 de abril de 1996, dois dias após o ocorrido o jornal *Pioneiro*, sob o título de: Chacina faz 19 mortos no Pará<sup>23</sup> - assinado por Ricardo Rutkowski, enviado especial da RBS - relata o depoimento de uma sobrevivente do ocorrido ressaltando o abuso da violência desnecessário utilizada pela polícia paraense, ao final da reportagem é ressaltado que: “ Oziel foi espancado por pelo menos cinco PMs e, desacordado, foi arrastado pelos cabelos até a rodovia, com o rosto no chão”. Parágrafos seguintes o *Pioneiro* enfatiza que: “ Em Belém, o governador Almir Gabriel responsabilizou diretamente o coronel Mário Pantoja, que comandou a operação, pela violência cometida contra os Sem-terra”.

Tabela 5 - Violação de Direitos Humanos no campo, 1988 - 2006 segundo cada período presidencial.

Presidente	Período	Assassinatos	Tentativas de assassinatos	Ameaças de morte	Tortura	Agressão física	Presos
Sarney	1988-1989	84	84	144	36	1.016	334
Collor	1990-1992	90	74	202	69	2.215	252
Franco	1993-1994	50	50	183	63	2.148	303
Cardoso 1	1995-1998	43	49	106	31	1.020	465
Cardoso 2	1999-2002	30	56	139	31	233	347
Lula 1	2003-2006	47	73	256	34	449	495
Média anual	1988-2006	49	63	172	42	1.041	382

Fonte: Carter. 2010

Na página seguinte do jornal do mesmo dia 19, sob o título de Arcaico e Intolerável, o jornal traz:

O Brasil arcaico tem que dar lugar ao Brasil moderno." Assim o presidente Fernando Henrique Cardoso classificou o massacre de agricultores ocorrido na última quarta-feira em Eldorado de Carajás, a 650 quilômetros de Belém, que acrescenta o sangue de 19 vítimas fatais e de 46 feridos à triste crônica dos conflitos pela terra no país. Nos últimos 10 anos, mais de 800 brasileiros foram mortos em situações semelhantes, no rastro de uma reforma agrária que não sai do discurso porque esbarra na burocracia, no conservadorismo e no egoísmo. Segundo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), cerca de 80% das áreas produtivas do país estão na mão de apenas 10% de

<sup>23</sup> *Pioneiro*, 19 de Abril de 1996, p.5



proprietários. É realmente uma injustiça que precisa ser reparada. Mas também não se pode aceitar que a organização continue a promover manifestações violentas e invasões de propriedades privadas, como aconteceu esta semana numa reserva de araucárias do Paraná, sem considerar o projeto de assentamento da atual administração federal. Até a fazenda do presidente da República, em Minas Gerais, comprovadamente produtiva, está ameaçada de ocupação. (Pioneiro, 19 de Abril de 1996, p.6)

É interessante perceber que o jornal *Pioneiro* condena o massacre protagonizado pela polícia do estado do Pará, na primeira notícia o periódico faz o uso de uma fotografia onde aparecem cerca de 10 das 19 vítimas do massacre, o que demonstra que o *Pioneiro*, de fato, condenou e ressaltou a violência do ocorrido. Porém, na segunda reportagem, veiculada no mesmo dia e ainda sob o calor e a sensibilidade do ocorrido, o jornal faz questão de direcionar ataques às práticas adotadas pelo MST. Note que nas últimas frases o *Pioneiro*, mesmo em um momento trágico para o MST, condena “manifestações violentas e invasões de propriedades privadas” que o movimento, na análise do impresso faz.

Optamos por analisar o recorte da temática da violência nos noticiamentos do MST no jornal *Pioneiro*, pois ele evidencia uma temática bastante comum no jornal. A violência é uma das temáticas mais recorrentes no jornal, onde o mesmo trata da violência que ocorre com integrantes do movimento, mas é padrão que em muitos momentos o jornal faz questão ou dá ênfase para os atos violentos que, em sua análise, o movimento realiza.

O recorte do massacre em Eldorado dos Carajás é necessário pois evidencia a violência recorrente com que o MST e outros movimentos no campo sofrem, além de que após o ocorrido, o MST opta por realizar uma política de intensificação de ocupações<sup>24</sup> e manifestações no mês de Abril, chamado de Abril Vermelho<sup>25</sup>. Sobre a violência no campo, em especial a no norte do Brasil, Oliveira, nos mostra que o massacre de 96 não foi algo fora do comum, na verdade, o uso da violência sempre foi recorrente na opressão do MST.

Por todo o sul do Pará, a violência relacionada às lutas pela terra era muito comum no final da década de 1970 e na década de 1980. Em decorrência do conflito na região, apenas o estado do Pará respondeu por quase um quarto das 1.687 mortes relacionadas ao conflito social rural no Brasil entre 1970 e 1989. (OLIVEIRA, 1999, p. 31, apud CARTER et al., 2010, p. 264).

<sup>24</sup>Segundo (CARTER et al., p. 103), “Depois dos massacres de camponeses sem-terra em Corumbiara (1995) e Eldorado dos Carajás (1996), as desapropriações para fins de reforma agrária tornaram-se frequentes”.

<sup>25</sup> Ao longo das pesquisas no jornal, foi constatado que há uma relação entre a intensificação de ações do MST no mês de abril e o número de notícias repercutidas no jornal. Entre os anos de 1992 a 2002 o mês de abril apresenta uma média de 8,5 notícias envolvendo o MST, o que faz deste mês o mais repercutido durante o ano. A média de repercussões por mês é de 6,5 noticiamentos.

Embora pouquíssimas vezes em confrontos tenha sido relatado pelo impresso *Pioneiro* uma morte ou ferimento grave de algum policial, percebemos que o jornal, em muitos momentos, trata o MST como agente ou propagador da violência. Na visão do periódico, em diversos momentos onde há confronto entre integrantes do MST e polícia, as autoridades são obrigadas a agir com força como medida de resposta às ações não ordeiras dos sem-terra.

### 3.2 OCUPAÇÕES/INVASÕES? COMO O PIONEIRO VÊ E REPERCUTE O MODO COM QUE O MST AGE E SE ORGANIZA

Ao longo do capítulo 3.1, *VIOLÊNCIA NO CAMPO, NA CIDADE E NOS JORNAIS*, constatamos que o jornal *Pioneiro* relata muitos casos de violência envolvendo o MST, e, em determinados momentos, mesmo em notícias que demonstram um evidente despreparo e abuso do uso da força por parte das autoridades, o jornal faz críticas às ações do movimento, tratando-as como exageradas, e até mesmo fora da lei. Esse subcapítulo dialoga muito com o anterior, no sentido em que a violência acontece quando o movimento está se expressando, seja por meio de manifestações, romarias ou então, como na maior parte dos casos, nos processos de ocupação de terras, de maneira autorizada ou não pelo governo e demais autoridades.

Como abordamos anteriormente neste trabalho, a Reforma Agrária e uma distribuição de terras mais igualitária no território brasileiro é realizada de maneira muito lenta, beirando a inexistência tendo em vista a concentração de terras na mão de pouquíssimos indivíduos e a lentidão com que os diversos governos têm para implementar uma reforma que demonstra um significativo avanço nessa política pública. Ocorre uma necessidade por parte do MST e de demais movimentos sociais agirem para pressionar o governo para o andamento da Reforma. Essa necessidade de ação, além da política é também vital.

A ocupação como forma de luta e acesso à terra, não é um fato novo é um contínuo na história do campesinato brasileiro. Desde o princípio de sua formação, os camponeses em seu processo de criação e recriação ocuparam a terra. A ocupação tem sido historicamente seu principal meio de acesso à terra. Estima-se que perto de 85% dos assentamentos no Brasil foram criados a partir das ocupações de terra. Nas últimas duas décadas ocorreram ocupações em quase todos os estados do Brasil. (CARTER; FERNANDES, 2010, p.174)

O método de ação mais significativo é a ocupação. Além de reforçar a maior bandeira do movimento, a luta pela terra, a ocupação contraria muito da lógica econômica e dominante que consolidou a estrutura agrária no Brasil.<sup>26</sup> Como ressalta (COELHO, 2014, p. 145), “ Por meio delas, sua organização denunciava os problemas agrários e se configurava como um movimento de pressão permanente frente ao governo.”. Durante os anos 80 e primeira década dos anos 90 as ocupações foram muito utilizadas pelo movimento como manifestação política, no entanto, na segunda metade dos anos elas começam a decair, fruto da repressão que tais ações recebiam. Sigaud reflete um pouco sobre o que uma ocupação procura expressar:

As ocupações de terras com montagem de acampamentos constituem uma linguagem simbólica, um modo de fazer afirmações por meio de atos e um ato fundador de pretensões à legitimidade. Ao promover uma ocupação e um acampamento, o movimento diz ao INCRA que deseja a desapropriação das terras, ao proprietário, que quer suas terras, e aos outros movimentos, que aquela ocupação tem um dono. (CARTER; SIGAUD, 2010, p. 251).

De fato, nos anos 90 o maior número de notícias que o Pioneiro busca retratar em seus impressos, é quanto a ocupações do MST em todo o Brasil, nesse tipo de notícia, o jornal assume um posicionamento, em geral, mais crítico quanto aos outros gêneros de noticiamento envolvendo o MST. É interessante perceber como o jornal, em diversos momentos utiliza os termos “ocupação” e “invasão”. Percebemos que em muitos momentos, quando há algum exagero policial, o jornal trata a ação organizada pelo movimento como uma ocupação, já em outros momentos, quando a ação tem um caráter mais político a fim de chamar a atenção para a necessidade da Reforma Agrária, o jornal chama determinada ação de invasão. Por vezes percebemos essa confusão de termos na mesma notícia. Em janeiro de 96 na sessão Geral, o jornal veicula com o título: “ Colonos ocupam prédio da Receita : Invasão durou 10 horas e agora os colonos aguardam negociações com Governo Federal”, o jornal evidencia os termos ocupação e invasão na mesma reportagem. Essa divergência conceitual pode conter ou não uma intencionalidade.

Porto Alegre — No início da manhã de ontem, mil colonos iniciaram uma ocupação de 10 horas no prédio da delegacia regional do Ministério da

---

<sup>26</sup> Quando falamos em uma lógica econômica dominante, nos referimos ao latifúndio e o agronegócio voltado à exportação, normalmente vinculados à monocultura, os exemplos vêm desde os primeiros séculos do Brasil, como a cana de açúcar, café, chegando ao arroz a soja, etc. Essa lógica privilegia ganhos financeiros ao invés do bem estar da população local.

Fazenda em Porto Alegre. Houve invasões também em prédios de órgãos federais em São Paulo e em Curitiba. A desocupação só ocorreu por volta das 19h, quando os agricultores foram informados da decisão do governo federal de liberar R\$ 24 milhões para o plantio, custeio e investimento dos assentamentos. Eles permanecem acampados no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, onde esperarão pelos resultados da reunião agendada para hoje pelos representantes do Movimento Sem Terra (MST) com o ministro da Agricultura, José Eduardo Andrade Vieira. A invasão começou às 8h, pouco antes do início do expediente externo do órgão. Os agricultores chegaram em 16 ônibus vindos de diversos assentamentos e acampamentos do Estado e desceram correndo em direção ao prédio. Os colonos reivindicavam 68 mil hectares de terra, o cadastramento imediato das 2.590 famílias acampadas em Camaquã e Palmeira das Missões e R\$ 16,8 milhões para investimentos. (Pioneiro, 17 de Janeiro de 1996, p.5).

A partir da notícia, percebemos um modo como o MST age para reivindicar suas demandas, podendo ocorrer com a ocupação de um latifúndio improdutivo, demonstrando de maneira direta que o movimento reivindica a utilização daquela determinada área. Ou então, como ocorreu no caso relatado pelo *Pioneiro*, onde o movimento ocupa a sede de um órgão do governo, para evidenciar e cobrar ação do poder público. Na mesma página, em outra reportagem, o jornal novamente apresenta essa divergência de termos:

Sem-Terra invadem área Júlio de Castilhos : Setecentas e vinte e seis famílias de sem-terra invadiram, na madrugada de ontem, a Fazenda Santo Antão, na BR-158. É a segunda invasão promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em menos de uma semana no Estado. A Fazenda do Salso, em Palmeira das Missões, foi ocupada no dia 11 por 1.800 famílias. Os invasores exigem a presença de um representante do governo federal, para negociar. O advogado do proprietário da fazenda, Mário Chagas, ingressa hoje com o pedido de reintegração de posse da área. A ocupação começou às 3h sob uma forte chuva. No grupo há 630 crianças e 69 mulheres grávidas. No final da manhã, os PMs tentaram uma aproximação do acampamento, mas foram recebido com vaias e expulsos pelos colonos. Foi o momento de maior tensão do dia. A fazenda é de propriedade de Antão Vargas da Rosa, 84 anos, e tem 510 hectares. (Pioneiro 17 de janeiro de 1996, p.5).

Analisando as duas notícias percebemos que o jornal utiliza o termo “ocupação” ao se referir ao entendimento que o MST faz do ato, no entanto, quando busca relatar a notícia pelo prisma do jornal e se comunicar com o leitor, o jornal nestes dois noticiamentos fala em invasão. O que dá a entender é que o jornal tenta comunicar ao seu leitor que o que o movimento está fazendo é um invasão, embora o MST diga que é ocupação. Nos dá a entender que o jornal buscou se comunicar com seu público da seguinte forma: Veja bem leitor, o MST iniciou uma de suas ocupações em uma delegacia e em uma fazenda. na hora x

do dia y cerca de tantos integrantes do movimento invadiram tais espaços. Os colonos reivindicam determinados espaços de terra, caso contrário permanecerão no local.

Entendemos que há uma nítida diferenciação intencional nos termos ocupação e invasão utilizadas pelo jornal, vai além de uma simples confusão de termos, trata-se de uma intenção que o jornal quer transmitir ao leitor de que determinada ação do movimento, embora entendida por ele (o movimento) como ocupação, é na verdade ilegal, portanto, invasão. Não se trata de uma discordância de todas as ações que o movimento organiza, mas sim das vistas ilegais na opinião do *Pioneiro*. Cabe questionarmos qual a repercussão que o movimento teria, e se a reforma agrária estaria sendo executada com mais rapidez se o movimento organizasse apenas ocupações vistas como legais pelo governo e pelo jornal *Pioneiro*.

Podemos refletir um pouco sob essa pergunta estabelecida no último parágrafo através de algumas notícias em que o *Pioneiro*, busca questionar os princípios não democráticos do movimento, fizemos essa provocação no capítulo 1 deste trabalho, quando explicamos a metodologia de análise utilizada no nosso trabalho. O impresso, muitas vezes questionou algumas ações do MST tentando indicar um princípio para além da transgressão da ordem, mas de uma possível relação do movimento com um pensamento que não estaria vinculado à democracia.

Durante o mês de maio do ano de 2000, evidenciou-se uma intensificação nas críticas ao MST e suas práticas. Nos próximos parágrafos veremos como se mostraram esses questionamentos do impresso ao movimento social.

No dia 3 de maio de 2000, na coluna opinião, em coluna assinada pela RBS o jornal publica uma reportagem com o título de País Sem Lei, o teor da reportagem questiona a ação de ocupações e manifestações do MST em todo o país. Ao final do opinativo o jornal escreve o seguinte parágrafo :

O que visam as usurpações de próprios públicos e privados que se estendem sem limites é criar fatos políticos, removendo a força da lei para adotar a lei da força. Kant dizia há dois séculos: "Age de tal forma que a máxima de teu querer possa valer em todo tempo também como princípio de uma legislação geral". Imagine-se se todos os cidadãos deste país que tivessem alguma reivindicação a defender fizesse da população refém de seus interesses particulares. Teríamos o caos instaurado no Brasil. Não é coisa muito diversa o que buscam os que intentam convulsionar a nação pisoteando as leis. Ressalvada a legitimidade dos movimentos sociais, nenhuma democracia se sustenta quando há desrespeito sistemático e consentido ao ordenamento jurídico-constitucional. (*Pioneiro*, 3 de maio de 2000, p. 10).

Evocando uma espécie de Imperativo categórico<sup>27</sup> de Kant adaptado ao contexto agrário o jornal contexto as ações do MST em um sentido que algumas práticas do movimento tinham como objetivo um ganho próprio e exclusivo ao movimento, não visando o bem comum social. Por fim, é ressaltado que, embora tenham legitimidade, a democracia está sendo atacado pelo desrespeito sistemático do ordenamento jurídico-constitucional.

Novamente, dois dias depois, o opinativo da RBS, através do *Pioneiro*, questiona novamente o que realmente o MST quer. Dessa vez o jornal logo no título cita a democracia, além de veicular uma frase dita por FHC.

Teste para a Democracia: Ante a decisão do MST de não desocupar prédios públicos nem mesmo. diante de ordem judicial, afirmou o senhor Fernando Henrique Cardoso que "a democracia exige respeito à autoridade estabelecida" e admitiu até mesmo a possibilidade de convocar o Exército, "se necessário" ( *Pioneiro*, 5 de maio de 2000, p. 14).

### 3.3 POLÍTICA E ECONOMIA NO MOVIMENTO E NO JORNAL

O Período de crescimento do MST nos anos 90 coincide com os dois governos de Fernando Henrique Cardoso. Ao longo de nossa análise observamos que as relações entre MST e FHC vai piorando na medida em que a década de 90 chega aos seus anos finais. No início dos anos 2000, a relação entre presidência e movimento está quase que completamente esgotada. É interessante perceber que o jornal *Pioneiro* vai acompanhando o desgaste dessa relação. Nos primeiros anos de governo de FHC, a ideia de Reforma Agrária parece ser considerada como viável, tanto pelo governo - “Nas eleições de 1994 e 1998, Fernando Henrique Cardoso foi eleito e reeleito presidente. Em seu primeiro mandato, Cardoso realizou a mais ampla política de assentamentos rurais na história do Brasil...” (CARTER; FERNANDES , 2010, p.170) - quanto pelo *Pioneiro*, que reforçava as ideias do então ministro Nélson Jobim:

---

<sup>27</sup> Imperar significa determinar, governar, comandar, o que leva à ideia de imperativo como aquilo que se impõe como se fora um dever. Esse é o sentido do termo ‘imperativo’ de Kant, aquilo que nos comanda para uma ação, ação essa que pode ou não ter um objetivo. Por categórico entende-se aquilo que não dá margens à discussão ou condição. Assim, o imperativo categórico impõe regras de condutas, que são princípios, regras gerais, orientadoras de comportamento. (OLIVEIRA, 2017, p.40).

Governo apressa a reforma agrária: O presidente anuncia o envio de dois projetos de lei para o Congresso modificando a legislação Brasília — O ministro da Justiça, Nelson Jobim, disse ontem para parlamentares petistas e líderes dos sem-terra que nesta sexta-feira o governo envia ao Congresso sugestões para acabar com as falhas na legislação que emperram a reforma agrária no país. Nesse dia, o presidente Fernando Henrique Cardoso anuncia o envio de dois projetos de lei introduzindo uma série de modificações na legislação que normatiza a reforma agrária. Jobim se reuniu ontem com petistas e sem-terra para conversar sobre a prisão de dois líderes do MST em São Paulo e para verificar se há disposição do PT de apoiar algumas medidas do governo no setor agrário. Entre as mudanças desejadas pelo governo, estão a autorização para a implantação de assentamentos em áreas desapropriadas, ainda sub judice, o que não é permitido. Com a mudança, os acampados passam a ser considerados assentados e têm direito às linhas de crédito e benefícios oficiais. O governo pretende também coibir a maquiagem de áreas declaradas improdutivas pelos proprietários com o objetivo de invalidar vistorias realizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). (Pioneiro, 8 de novembro de 1995)

No entanto, à medida que o governo brasileiro de Fernando Henrique vai adotando políticas econômicas voltadas ao neoliberalismo<sup>28</sup> e a lógica do livre mercado, as políticas referentes à reforma agrária vão ganhando menos apoio no cenário econômico. Na verdade, a reforma agrária se torna cada vez um impeditivo ao agronegócio. Segundo (CARTER; FERNANDES, 2010) “No segundo mandato, o governo Cardoso mudou de estratégia e desenvolveu uma política agrária mais repressiva, criminalizando a luta pela terra, ao mesmo tempo em que desenvolveu uma política de mercantilização da terra.” Embora tenha dedicado, em seu primeiro mandato, um certo apoio à causa dos trabalhadores rurais, o governo do presidente do PSDB, nunca deu tanta ênfase à causa do MST, para sermos honestos, nenhum governo no Brasil se dedicou realmente a promover uma ampla reforma agrária, haja visto a posição do país em comparação com seus vizinhos latinos na tabela 3 disponível no capítulo 2.2.

Historicamente, o país sempre privilegiou uma concepção capitalista da estrutura fundiária da terra, isso prejudicou as reivindicações dos movimentos sociais rurais, que não necessariamente partilham dessa convicção. Embora o neoliberalismo e a lógica do agronegócio se intensifiquem a partir do segundo governo de FHC, suas estruturas e forças sociais, políticas e econômicas para consolidação deste projeto já estão postas e consolidadas

---

<sup>28</sup> O neoliberalismo é uma nova fase do capitalismo, que se impôs a partir do começo dos anos 1980. Considerando seus traços mais gerais nos países do Centro, como nos Estados Unidos e na Europa, destacam-se três características: uma dinâmica mais favorável da mudança tecnológica e da rentabilidade, a criação de rendas a favor das classes mais abastadas, e a redução da taxa de acumulação. (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p. 1)

desde há muito tempo. No contexto da ditadura de 1964, as bases desse modelo já haviam conquistado significativas vitórias, uma delas foi a própria deposição do governo democraticamente instaurado, solapando algumas das propostas reformistas de Goulart para o campo.

Foram as forças sociais vencedoras a nível de conjunto da sociedade e dentro do campo que orientaram o sentido e as formas de integração da agricultura ao nível da produção e do Estado. No caso Brasil pós-1964, essas forças eram fundamentalmente o grande capital monopólico ao qual se associaram, em posição secundária, os grandes proprietários de terras. (SORJ, 1986, p.28).

Durante o regime militar, quando posto a mesa novamente a questão da reforma agrária como um possível projeto, uma contraproposta de linha mais conservadora capitaneada por economistas de uma linha de pensamento convergente com a de Delfim Neto, a chamada “modernização técnica” ou “modernização conservadora” ganha relevância, sobrepondo a proposta da reforma agrária. A proposta dos conservadores, reforça a classe dos grandes proprietários de terra, enfatizando que a revolução tecnológica no campo trará produtividade, sem necessariamente incorporar os trabalhadores no campo.

A antinomia “reforma agrária” versus “modernização técnica”, que é proposta pelos conservadores em 1964, é reposta na atualidade sob novo arranjo político. Esse novo arranjo se articula nos últimos anos do segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e também no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando se constitui uma estratégia de relançamento dos grandes empreendimentos agroindustriais apoiados na grande propriedade fundiária, voltados à geração de saldos comerciais externos expressivos. Ela relança uma política agrícola de máxima prioridade ao agronegócio, sem mudança na estrutura agrária. Isso reforça as estratégias privadas de maximização da renda fundiária e especulação no mercado de terras. Esse arranjo da economia política é altamente adverso ao movimento da reforma agrária e às políticas alternativas de desenvolvimento pela via camponesa.

Ao final dos anos 90 e início dos anos 2000, a colaboração do governo com a política da reforma agrária diminui, o valor das terras sobe no mercado, dificultado o governo realizar mais aquisições para a distribuição de terras, além disso, o país passa a se comprometer com o pagamento de dívidas adquiridas de empréstimos junto a bancos internacionais. Todos esses fatores fazem que o governo dedique-se menos à reforma agrária, o jornal *Pioneiro* adapta essa mudança de paradigma nas suas notícias, passando a oferecer uma opção para além da necessidade da reforma agrária. No dia 9 de agosto de 2001, sob a coluna opinião, assinada



pela RBS o jornal traz uma reflexão aos recorrentes protestos organizados por movimentos e organizações, dentre estes o MST, junto à política econômica adotada pelo governo. Além de questionar a ação dos movimentos, tidos como ações ilegais, passando por cima do ordenamento jurídico, o jornal sugere que para quitar seus compromissos com o FMI será necessário “apertar os cintos”.

O impasse de uma nação - ...É impossível calcular o montante dos prejuízos ocasionados por esses protestos, especialmente os capitaneados pelos movimentos sociais. Claramente ilegais, além de atropelar o ordenamento jurídico pelo qual se regem os demais cidadãos, causaram transtornos e dissabores sem preço a milhares de pessoas alheias a seus pleitos corporativos. Há evidentemente uma clara ligação entre tais manifestações e as diretrizes econômicas que o Planalto se viu compelido a adotar. Desde logo, a simples reposição da inflação não parece suficiente para categorias funcionais que em grande parte não recebem aumento há sete anos. Já o novo pacto com o FMI, que prevê, de um lado, mecanismos mais flexíveis de defesa da moeda, mas de outro contempla rigorosas imposições, como a expansão do superávit primário das contas públicas, coloca o governo diante de um seriíssimo impasse. Uma nação exausta de suportar o peso crescente dos compromissos externos dificilmente aceitará impassível o pesadíssimo ônus de novos tributos à comunidade financeira internacional. Para que se tenha idéia do vulto dessas obrigações, basta lembrar que os juros e a amortização da dívida externa dessangrar o país em US\$ 60 bilhões anuais. Romper esse círculo vicioso requererá mais do que vontade política de nossos governantes. Exigirá que a dimensão social dos organismos de fomento passe a prevalecer sobre uma visão meramente mercantilista. Não será essa tarefa fácil, como há pouco Gênova demonstrou dramaticamente ao mundo. (Pioneiro, 9 de agosto de 2001)

Como evidenciado pelo opinativo do jornal *Pioneiro*, a nação, por meio do governo se vê em um impasse financeiro, em que o ajuste ao qual o Brasil sujeitou-se a enfrentar ao recorrer aos empréstimos do FMI impactam no encolhimento de algumas outras despesas que o governo se comprometeu. No início do século XXI e final do segundo mandato de FHC, o impasse noticiado pelo *Pioneiro*, que confrontou a dinamização da reforma agrária com a diminuição desta mesma política teve na segunda opção seu vencedor. Através do governo de Fernando Henrique Cardoso, em seu primeiro mandato (1995-1998), o Brasil apresentou seus maiores números no que diz respeito à execução da Reforma agrária, no entanto, é em seu segundo governo que a política econômica fará uma opção que acabará causando ainda mais entraves para a reforma e para o MST.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornal *Pioneiro*, ao repercutir as notícias envolvendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entre 1992 e 2002, buscou enfatizar as notícias do movimento em três principais eixos temáticos: 1) Campo dos conflitos; 2) Ações promovidas pelo MST; 3) Quanto a política e a economia.

Quanto aos conflitos, onde o jornal busca ressaltar em suas notícias nas disputas envolvendo os Sem-Terra e a polícia. É interessante perceber que embora haja uma evidente disparidade no uso da força, o *Pioneiro*, traz uma preocupação muito grande com a ordem, a necessidade do cumprimento da lei. Em suma, para o jornal, muitas vezes a polícia necessita agir com mais vigor, pois os integrantes do MST estão realizando alguma ocupação indevida, ”invasão”, como o jornal fala em determinados momentos. Mesmo que na grande maioria das vezes, o número de vítimas em confrontos é quase exclusivamente composto por integrantes do MST, o *Pioneiro* tende a pintar um quadro de radicalização do movimento, até mesmo no massacre de Eldorado dos Carajás, o jornal, ao noticiar o ocorrido, questionou algumas atitudes dos Sem-Terra.

Já na temática das ações promovidas pelo MST, essa é a área em que o *Pioneiro* mais dedica suas páginas de notícias. É percebido que o jornal estabelece uma relação de termos invasão e ocupação que, em um primeiro momento, parece confusa, mas revela uma intencionalidade de impresso. Além disso, o jornal busca questionar a validade de muitas das ações promovidas pelo MST. Para o jornal, muitos dos atos do movimento acabam por tirar a legitimidade da causa. Em determinados momentos o *Pioneiro* questiona se a pauta dos integrantes no movimento é realmente democrática.

Por fim, no que diz respeito à economia e à política. Em muitos momentos o jornal questiona o movimento, se este não possui vínculo com algum partido político, insinuando de certa forma, que o MST estaria ligado à partidos de esquerda, sobretudo ao Partido dos Trabalhadores. Percebemos que, em um primeiro momento do recorte analisado, dos anos de 1992 até 1998, o jornal tende a trazer a pauta da Reforma Agrária como necessária para o país, no entanto, deve ter seu andamento feito sob a legalidade da lei, sem “radicalizações ou exageros”. Já em um segundo momento, de

1998 até 2002, o jornal passa a oferecer ao seu leitor uma outra possibilidade para o país além da reforma agrária, que é o agronegócio tecnológico, que funciona sob a grande propriedade e é produtivo, não necessitando que o Estado brasileiro utilize muitos dos seus recursos para dinamizar a reforma agrária. Nesse momento, o *Pioneiro*, passa a questionar ainda mais os vínculos ideológicos e partidários do MST com partidos de esquerda, trazendo que a ligação do movimento à partidos é danosa à causa e à democracia.

## REFERÊNCIAS

ALVERNE, Camila Mon't. **JORNALISMO, POLÍTICA E OPINIÃO: A cobertura sobre a votação do marco civil na internet nos editoriais dos jornais Folha de S.Paulo e O Estado de S. Paulo.** 10º Interprogramas de Mestrado em Comunicação da Faculdade Casper Líbero, 2016. Disponível em <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2015/01/Camila-MontAlverne-UFC.pdf>>.

BARREIRA, César. **Crônica de um massacre anunciado: Eldorado dos Carajás** São Paulo Perspec. vol.13 no.4 São Paulo Oct./Dec. 1999 Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88391999000400015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400015)>.

CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade: O MST e a reforma agrária no Brasil.** São Paulo: UNESP, 2010.

CANCIAN, Renato **Conflito Igreja-Estado no período da ditadura militar.** Revista Angelus Novus USP – Ano VII, n. 11, pp. 95-116, 2016.

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e História do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1998

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e Poder: Uma análise da mídia.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

DUMÉNIL, Gérard. LÉVY, Dominique. **Neoliberalismo – Neo-imperialismo.** Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 1-19, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n1/a01v16n1>>

ELSWORTH, Elizabeth. **Modos de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também.** In.: SILVA, Tomaz Tadeu da. Nunca fomos humanos - nos rastros do sujeito. Organização e Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte

FILHO, José Luiz Alcantara. FONTES, Rosa Maria Oliveira. **A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil.** Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 4 N° 7 Jul-Dez 2009. Disponível em : <<http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/ESTRUTURA-FUNDIÁRIA-ze-luispara-pdf.pdf>>.

GIRON, Loraine Slomp; POZENATO, Kenia Maria. **100 Anos de Imprensa Regional: 1897-1997.** Caxias do Sul: EDUCS, 2004

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade.** Revista

Brasileira de Educação. v 16 n.47, 2011)

GOHN, Maria da Glória. **Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo.**

HOBSBAWM, Eric. J. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** São Paulo : Editora UNICAMP, 1994.

LUCA, Tânia Regina de. **Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tânia Regina de. **História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.

OLIVEIRA, Edezio Muniz de. **Imperativo Categórico e Fato da Razão Kantiano.** Revista Outras Palavras, volume 13, número 1, ano 2017.

PADRÓS, Enrique Serra. **Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente.** Porto Alegre, 2014.

ROCHA, Décio **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória.** 2005.

SEPULVEDA, José Antonio. **O projeto Integralista.** Revista Virtual: Encontros com a filosofia. Universidade Federal Fluminense- Núcleo de filosofia, política e educação. Edição de nº2, 2013.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes na agricultura brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

VEIGA, José Eli. **O que é Reforma Agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1981.